MINISTÉRIO DE
MINAS E ENERGIA

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

Petrobras Biocombustível S.A.

CNPJ Nº 10.144.628/0001-14 - Empresa do Sistema Petrobras

MENSAGEM DO PRESIDENTE

O ano de 2024 marca o início da retomada da Petrobras Biocombustível (PBIO), após permanecer por quatro anos na carteira de desinvestimentos da Controladora.

Em decisão da Diretoria Executiva da Petrobras, de novembro de 2024, a PBIO foi retirada da carteira de desinvestimentos, inaugurando uma nova fase para a empresa. Esta decisão só foi possível graças a uma combinação de fatores: as novas perspectivas para o segmento de biocombustíveis, o redirecionamento estratégico da Petrobras para este segmento e os bons resultados conquistados pela PBIO, em 2024, decorrentes de uma estratégia de negócios mais integrada ao plano de negócios da controladora.

A companhia fechou o ano com lucro bruto de R$ 85,4 milhões, resultado operacional de R$ 33,5 milhões e lucro líquido de R$ 66,1 milhões. Este resultado — o primeiro ano em que estes três indicadores foram positivos — aponta para um novo horizonte: o da viabilidade econômica, da sustentabilidade do negócio e da relevância da Petrobras Biocombustível para o Sistema Petrobras.

No segmento do biodiesel, o volume comercializado foi de 186 mil m³, o que representa um aumento de 112% nas vendas, se comparado ao ano anterior. Este crescimento foi impulsionado, principalmente, pelo aumento da mistura de biodiesel para 14%, em março de 2024.

De olho no futuro, as perspectivas otimistas para o segmento foram renovadas com a manutenção do calendário de aumento da mistura para 15% — definido pela Resolução CNPE nº 8, de 19 de dezembro de 2023, cuja aplicação, antes prevista para março de 2025, foi recém adiada pelo mesmo órgão já em 2025 —, e, principalmente, pela Lei do Combustível do Futuro (Lei 14.993). Sancionada em outubro de 2024, a nova lei estabeleceu metas ainda mais ambiciosas para o uso do biodiesel, ampliando o percentual máximo da mistura dos atuais 15% para 20%, com calendário de incrementos anuais do piso até 2030.

Além disso, a PBIO iniciou a atividade de comercialização do enxofre produzido nas refinarias da Petrobras — que corresponde a cerca de 9% do enxofre consumido anualmente no país. Esta atuação foi decisiva para o início da virada no resultado da empresa, representando 16% do faturamento da companhia, em 2024, e marcou mais um passo no aproveitamento de sinergias com a Petrobras. Foram comercializadas 164 mil toneladas de enxofre, com perspectivas de crescimento nos próximos anos.

Em 2024, reafirmamos também nosso compromisso social ao proporcionar renda e inclusão produtiva para agricultores familiares do Semiárido, no âmbito do Selo Biocombustível Social — certificação, concedida pelo Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento, da qual somos detentores há 16 anos.

Neste sentido, demos mais um passo rumo ao futuro: durante a Cúpula do G20, a PBIO assinou um acordo de cooperação técnica com o Banco do Brasil (BB), cujo objetivo é identificar iniciativas voltadas à promoção de biocombustíveis e de fontes de energia renovável, incluindo a aquisição de insumos de fornecedores e de cooperativas de pequenos produtores.

Além disso, promovemos a inclusão produtiva de catadores de recicláveis, por meio das suas associações e cooperativas, adquirindo o óleo de cozinha usado recolhido por eles. Em 2024, assinamos sete contratos com 12 Associações e Cooperativas de catadores, beneficiando 1.250 famílias.

Para os próximos anos, reiteramos nosso compromisso de fazer da PBIO uma empresa competitiva, sustentável e relevante para uma transição energética justa, para o Sistema Petrobras e para o País.

Alex Sandro Gasparetto
Presidente da Petrobras Biocombustível

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2024

1. A PETROBRAS BIOCOMBUSTÍVEL EM 2024

A Petrobras Biocombustível S.A. (PBIO) teve um ano de transformação e resultados promissores.

Em 2024, por decisão tomada pela Diretoria Executiva da Petrobras, o projeto de desinvestimento foi encerrado. Essa decisão está alinhada às atuais diretrizes estratégicas da Petrobras, que levam em consideração os negócios de baixo carbono da Companhia, diversificando seu portfólio de forma rentável e garantindo sua perenidade.

Dentre os desafios enfrentados pela PBIO, no ano de 2024, a aquisição de matérias-primas competitivas e o posicionamento comercial em vendas de biodiesel, nas duas usinas em operação (Candeias-BA e Montes Claros-MG), foram destaques positivos, apesar do aumento significativo dos custos de óleos vegetais e gorduras ao longo do ano.

Com o aumento da mistura de 12% para 14%, em março de 2024, e com o aperfeiçoamento das estratégias de compra de matéria-prima, a PBIO conseguiu aumentar o volume vendido de biodiesel, ao longo de 2024.

Além disso, em 2024, a companhia iniciou a operação de comercialização de enxofre, gerado nas refinarias da Petrobras, trazendo diversificação e maior rentabilidade para a companhia.

1.1. Biodiesel

A Petrobras Biocombustível S.A. operou, durante o ano, duas de suas unidades de biodiesel: a de Montes Claros (MG) e a de Candeias (BA). A Usina de Montes Claros está habilitada para ofertar 196 mil m³ ao ano e produzir, por dia, até 545,45 m3 de biodiesel. A Usina de Candeias está habilitada para entregar 305 mil m³ ao ano e produzir, diariamente, até 845,46 m³ de biodiesel. Juntas, as unidades estão autorizadas a produzir 501 mil m³ por ano.

De toda a matéria-prima adquirida para a produção de biodiesel, as gorduras e os óleos residuais representaram 17% das compras em Montes Claros, e 13%, em Candeias.

O volume de biodiesel comercializado pela PBIO no ano foi de 186 mil m³, o que representa um aumento de 112% nas vendas, quando comparado com o ano de 2023. Individualmente, a usina de Candeias comercializou 74 mil m³ de biodiesel e a de Montes Claros 112 mil m³.

Também cabe destaque para os esforços comerciais de aquisição de matéria-prima e de venda do biodiesel, que viabilizaram o aumento das vendas e a obtenção da melhora do resultado da companhia, mesmo diante de um cenário de forte alta nos preços das matérias-primas ao longo do ano.

Nosso compromisso social foi mantido, com destaque para os programas de inclusão produtiva para agricultores familiares do Semiárido, no âmbito do Selo Biocombustível Social — certificação, concedida pelo Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento, da qual somos detentores há 16 anos. Continuamos investindo na aquisição de matérias-primas, produzidas por estes agricultores, e na disponibilização de assistência técnica gratuita, desde o plantio até a colheita. A atuação da empresa foi focada na região Nordeste, no Semiárido, com valorização das relações comerciais estabelecidas com cooperativas e clientes, fortalecidas pela experiência acumulada ao longo dos anos.

Em 2024, mantivemos, para as duas usinas, a certificação ISCC (*International Sustainability Carbon & Certification*). Trata-se de uma das mais conceituadas certificações existentes no mercado, sendo referência para atestar a sustentabilidade de matérias-primas e de produtos. Atualmente, estamos revisando os escopos das matérias-primas e produtos certificados, objetivando a captura de oportunidades comerciais.

As perspectivas otimistas para o setor foram renovadas ao longo do ano, com a manutenção do calendário de aumento da mistura para 15%, em março de 2025, definido pela Resolução CNPE nº 8, de 19 de dezembro de 2023, e, principalmente, com a sanção da Lei do Combustível do Futuro (Lei 14.993), no dia 08 de outubro de 2024.

A Lei do Combustível do Futuro criou programas nacionais para diversos biocombustíveis e, por isso, possui grande expressão na promoção da mobilidade sustentável de baixo carbono. Quanto ao biodiesel, especificamente, a lei estendeu o percentual máximo, da mistura do biodiesel ao diesel, dos atuais 15% (Lei 13.033/2014) para 20% e estabeleceu o piso da mistura em 13%. Além disso, a lei propôs um novo calendário de aumento anual da mistura em 1% até 2030, de modo a atingir o percentual máximo de 20% em março deste ano, cabendo ao CNPE a tarefa de avaliar a viabilidade das metas.

1.2. Enxofre

No final de 2023, a PBIO alterou seu Estatuto Social, incluindo a atividade de comercialização de Enxofre e, em 2024, firmou acordo com a Petrobras pela exclusividade na comercialização do produto produzido nas refinarias da Petrobras. A operação teve início em fevereiro de 2024, com vigência contratual de 3 anos, renováveis por igual período.

O enxofre está presente na composição do petróleo e produzido por meio de processos industriais, que reduzem a sua concentração nos combustíveis, como o diesel e a gasolina, reduzindo o impacto ambiental destes. O produto é usado como matéria-prima para a indústria química, na produção de fertilizantes, papel e celulose, borracha, produtos de higiene e limpeza, além da indústria alimentícia.

De fevereiro a dezembro de 2024, a operação de comercialização da PBIO escoou cerca de 160,5 mil toneladas de enxofre, produzidas nas refinarias da Petrobras. A PBIO foi responsável pelas atividades comerciais e logísticas, além do monitoramento dos níveis nas unidades de produção.

A comercialização do Enxofre foi responsável por 16% do faturamento da PBIO, em 2024.

1.3. Sustentabilidade

A Petrobras Biocombustível seguiu fiel aos seus compromissos com a Segurança, o Meio Ambiente e a Saúde (SMS), zelando pelos seus padrões e a excelência de seus processos, com foco na operação das usinas e no aperfeiçoamento do atendimento aos requisitos legais.

Registramos três acidentes computáveis na Taxa de Acidentados Registráveis (TAR), um aumento em relação a 2023 (quando houve um acidente), passando de 1,12 para 3,36 acidentados por um milhão de homens-hora expostos ao risco no trabalho.

No tocante à gestão de Saúde e ao monitoramento do absenteísmo, registramos que o indicador Percentual de Tempo Perdido (PTP) ficou em 1,63, abaixo do limite de alerta (1,80).

Também demos continuidade aos programas da vertente de saúde mental, como componente da gestão em SMS, disponibilizando atendimento remoto de aconselhamento e orientação.

O cuidado e a gestão com o Meio Ambiente são evidenciados pelo fato de não termos registrado ocorrências computáveis para os indicadores de vazamentos de derivados de petróleo, biodiesel, óleos vegetais ou gorduras. Em complemento, não foram identificados impactos negativos sobre os corpos d'água adjacentes, advindos de lançamento de nossos efluentes.

Em relação às emissões de gases de efeito estufa, em 2024, totalizamos 17.594 toneladas de GEE[1] em termos de CO_2equivalente — medida internacional que tem como finalidade estabelecer a equivalência entre todos os gases com efeito de estufa (GEE) e o dióxido de carbono (CO_2), convertendo-os em CO_2 para facilitar a análise de seus impactos —, representando um aumento absoluto de 46% em relação ao ano anterior, em função da maior produção de biodiesel, em 2024, a qual foi 120% superior a de 2023. Relativizando as emissões, a Petrobras Biocombustível emitiu 0,06 tonelada de CO_2eq. por tonelada de produto[2], sendo 31% mais eficiente, em 2024, em relação a 2023.

O Relatório de Sustentabilidade da Petrobras Biocombustível, publicado desde 2019, está disponível no site pbio.com.br. Desde 2021, a empresa passou a utilizar o método proposto pelo GRI (*Global Reporting Initiative*), visando manter maior alinhamento com as melhores práticas de mercado.

Reforçando o papel da Petrobras Biocombustível na transição energética justa e contribuindo com os temas Ambiental, Social e Governança (ASG), buscamos diversificar nossa carteira de matérias-primas, por meio do fomento e da estruturação de produtores locais, o que favorece a inclusão social e econômica de trabalhadores em situação de vulnerabilidade social.

Em 2024, celebramos contratos com sete (7) cooperativas de catadores de recicláveis, que representam 14 associações nos estados da Bahia e de Minas Gerais, para coleta de Óleos e Gorduras Residuais (OGR) e comercialização deste com a Petrobras Biocombustível. Esta iniciativa contribui para a redução das emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE) e para o fortalecimento da nossa cadeia de valor. Esses contratos foram resultado de uma busca ativa, por parte da companhia, junto às cooperativas e em articulação com os movimentos sociais e o governo, além de fóruns e comitês oficiais, com vistas à aproximação desses segmentos. Nossa atuação possibilitou ainda a integração com escolas públicas e paróquias para disseminação do conhecimento, educação ambiental e criação de pontos de coleta de OGR.

Em relação à Responsabilidade Social, o resultado da seleção pública 2023.2, do Programa Petrobras Socioambiental, foi divulgado em junho de 2024, contemplando dois projetos voltados para a área de abrangência da Petrobras Biocombustível: o Recicla Óleo, da Agência de Desenvolvimento da Região Norte de Minas Gerais, e o Viva Macaúba, da Associação Comunitária dos Pequenos Produtores Rurais do Riacho D'Antas e Adjacências. Os projetos, atualmente em etapa de parecer de custos, preveem melhorias na infraestrutura dessas cooperativas e capacitação. A assinatura dos contratos, de responsabilidade da Petrobras, está prevista para o segundo semestre de 2025.

A Diretoria Executiva aprovou o Plano de Direitos Humanos, consolidando diretrizes e compromissos, para promover práticas alinhadas aos princípios internacionais de respeito aos direitos humanos em toda a cadeia de valor.

Nesse contexto, foi realizado o Censo de Diversidade, alcançando mais de 75% de engajamento de toda força de trabalho, com o objetivo de mapear a composição demográfica da organização e identificar oportunidades de desenvolvimento para tornar o ambiente de trabalho mais inclusivo e equitativo. Além disso, foi promovido o treinamento de letramento em diversidade para todos os colaboradores, com foco em conscientização sobre inclusão, equidade e combate aos preconceitos sistêmicos no ambiente corporativo.

No campo da equidade de gênero, foi implementado um programa de desenvolvimento de lideranças femininas, com o objetivo de capacitar e incentivar mulheres à adesão de posições estratégicas de gestão. A Alta Direção da Companhia também assinou os Princípios de Empoderamento das Mulheres (WEPs) — documento das Nações Unidas que orienta as empresas signatárias para a promoção do empoderamento feminino no trabalho, na cadeia de valor e nas comunidades. Esse compromisso público reflete a prioridade estratégica da PBIO de avançar na agenda de igualdade de gênero.

Outro marco de 2024 foi a assinatura do Pacto Global da ONU, um passo importante para reforçar o compromisso da PBIO com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, que abrangem direitos humanos, trabalho, meio ambiente e combate à corrupção. Essa adesão evidencia a nossa intenção de alinhar nossas operações às metas globais de sustentabilidade e fortalecer a responsabilidade corporativa em nossas práticas cotidianas.

Por fim, em datas comemorativas — como o Dia Internacional das Mulheres, Dia do Orgulho LGBTQIA+, Dia Nacional de Luta das Pessoas com Deficiência e Dia Nacional da Consciência Negra — foram realizadas ações de educação e de sensibilização, como palestras, debates e rodas de conversa, com o objetivo de promover diálogo sobre diversidade, inclusão e equidade, além de valorizar a representatividade no ambiente de trabalho e na sociedade. Essas iniciativas reforçam o compromisso da PBIO com a construção de um ambiente mais inclusivo, respeitoso e alinhado aos valores de direitos humanos.

1.4. Corporativo e Recursos Humanos

Para suportar a gestão do negócio de comercialização de Enxofre e outras iniciativas trabalhadas, em 2024, foram criadas duas novas funções de Assessor da Diretoria, vinculados à Presidência da empresa, e foi criada a Gerência de Novos Negócios, também vinculada à Presidência, com duas Gerencias Setoriais: a de Comercialização e a de Logística.

Em dezembro de 2024, houve a atualização da Cadeia de Valor da Companhia e a revisão do Plano Básico de Organização (PBO). Em relação ao PBO, as principais alterações foram: (i) melhor definição das posições, que podem ser ocupadas por pessoas externas ao Sistema Petrobras; (ii) a alteração das funções de Assistente da Diretoria para Coordenador de Suporte à Decisão, com adequação das suas atribuições; (iii) maior detalhamento das diretrizes empresariais, Modelo de Governança Corporativa, Modelo de Gestão, entre outros elementos.

Ainda em dezembro de 2024, com o objetivo de manter a estratégia de remuneração da empresa compatível com o seu mercado de atuação e com as demais sociedades do Sistema Petrobras, foi aprovado, para os anos de 2024 e de 2025, o programa de Prêmio de Remuneração por Desempenho (PRD). O PRD tem por objetivo promover o alinhamento estratégico entre as metas da empresa e dos empregados, incentivando o compromisso com os objetivos organizacionais e a obtenção de melhores resultados.

RESULTADO

A Petrobras Biocombustível apresentou, em 2024, lucro bruto positivo de R$ 85,4 milhões e resultado operacional de R$ 33,5 milhões. O resultado líquido foi positivo em R$ 66,1 milhões. A melhora do resultado, em relação ao ano anterior, é explicada por fatores como:

- aumento da demanda por biodiesel, resultante do aumento do mandato;
- esforços comerciais na compra de matérias-primas e na venda de biodiesel, com obtenção de melhores margens;
- reversão do *impairment* de créditos fiscais, medida vinculada às melhores perspectivas do negócio;
- inclusão da comercialização de enxofre no portfólio.

Em 02/02/2024, foram transferidos R$ 150 milhões para a Petrobras, considerando a redução do capital social, ocorrida em novembro de 2023, com o cancelamento de 15.000.000 de ações.

Também em 2024, a PBIO celebrou contrato de Cessão dos créditos de prejuízos fiscais e base de cálculo negativa da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), no montante de R$ 963,9 milhões. De acordo com as condições estabelecidas, foi reconhecido o direito a receber cerca de R$ 2 milhões.

A companhia reduziu o capital social, no montante de R$ 2,8 bilhões, com absorção integral do saldo de Prejuízos acumulados, em 31 de dezembro de 2023, e cancelamento de 282.550.943 ações, sem alteração do patrimônio líquido.

A operação de créditos de descarbonização (CBIO), por meio da Política Nacional de Bicombustíveis (RenovaBio), impactou positivamente o resultado, o que reforça o compromisso da Companhia em prover energia sustentável e renovável, com inovação e segurança.

O resultado financeiro líquido do ano foi de R$ 39,7 milhões, principalmente através do rendimento da aplicação do caixa da Companhia no Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios (FIDC).

Por fim, há que se destacar o fato de a Companhia não possuir dívida com instituições financeiras.

2 INFORMAÇÕES CORPORATIVAS

3.1 Membros da Diretoria Executiva

Alex Sandro Gasparetto – Presidente
Flavio Tomiello – Diretor de Biodiesel
André Bitar Santa Rosa – Diretor Administrativo e Financeiro

Membros do Conselho Fiscal: Titulares:

João Eduardo Jost Magalhães – Presidente
Cristiano Gadelha Vidal Campelo
Júlio César Gonçalves Corrêa

Suplentes:

Pedro Guedes Campelo
Elisandra Collaziol
Luciana Cortez Roriz Pontes

3 AGRADECIMENTOS

A Petrobras Biocombustível S.A. agradece a todos os colaboradores e aos parceiros pela importante contribuição em mais um ano dedicado ao trabalho competente e à superação de desafios.

1 Gases de Efeito Estufa
2 Refino Químico + Refino Físico + B100

BALANÇO PATRIMONIAL
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Ativo	Notas	2024	2023
Caixa e equivalentes de caixa		2	1
Contas à receber, líquidas	6.1	79.027	50.808
Contas à receber – FIDC	6.4	300.562	443.052
Estoques	7	143.974	69.337
Imposto de renda e contribuição social	12.1	17.627	38.967
Impostos e contribuições	12.2	173.309	127.634
Derivativos e depósitos de margem	20.2	22.462	21.091
Outros ativos		819	1.216
Ativo circulante		**737.782**	**752.106**
Imposto de renda e contribuição social diferidos	12.1	108	-
Impostos e contribuições	12.2	18.031	33.973
Depósitos judiciais	18.3	3.357	2.675
Outros ativos		-	138
Ativo realizável a longo prazo		**21.496**	**36.786**
Investimentos		665	665
Imobilizado	8.1	247.020	259.754
Intangível		10	15
Ativo não circulante		**269.191**	**297.220**
Total do ativo		**1.006.973**	**1.049.326**

Passivo	Notas	2024	2023
Fornecedores	10	105.252	78.910
Contas à pagar Petrobras - Redução de capital	11.1	-	150.000
Imposto de renda e contribuição social	12.1	1.946	-
Impostos e contribuições	12.2	4.580	1.598
Benefícios aos empregados	13	23.013	20.336
Derivativos	20.2	539	-
Outros passivos		8.089	4.810
Passivo circulante		**143.419**	**255.654**
Benefícios aos empregados	13	21.091	23.925
Provisão para processos judiciais e administrativos	18.1	3.464	5.409
Provisão para processos judiciais de desinvestimentos	18.2	1.571	3.732
Outros passivos		1.021	609
Passivo não circulante		**27.147**	**33.675**
Passivo circulante e não circulante		**170.566**	**289.329**
Capital social realizado	14.1	771.160	3.596.670
Contribuição adicional de capital		(17.760)	(17.760)
Outros resultados abrangentes	14.4	16.927	6.597
Reserva de lucros	14.2	66.080	-
Prejuízos acumulados		-	(2.825.510)
Patrimônio líquido		**836.407**	**759.997**
Total do passivo		**1.006.973**	**1.049.326**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001,que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

Certificado por Editora Globo SA 04067191000160 Pub: 08/04/2025
A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ou pelo link
https://publicidadelegal.valor.com.br/valor/2025/04/08/BIOCOMBUSTÃ½VEL1581847408042025.pdf
Hash:17440459248f29b5fa5792418bb2e871d75815af8e

PETROBRAS

MINISTÉRIO DE **MINAS E ENERGIA**

GOVERNO FEDERAL BRASIL UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

Petrobras Biocombustível S.A.

CNPJ Nº 10.144.628/0001-14 - Empresa do Sistema Petrobras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

	Notas	2024	2023
Receita de vendas	15	1.304.662	480.356
Custo dos produtos vendidos	16.1	(1.219.280)	(557.124)
Lucro (prejuízo) bruto		85.382	(76.768)
Receitas (despesas)			
Vendas	16.2	(23.126)	(9.270)
Gerais e administrativas	16.3	(66.416)	(65.400)
Tributárias		(6.338)	(9.184)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	17	43.962	16.268
		(51.918)	(67.586)
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro e tributos sobre o lucro		33.464	(144.354)
Resultado financeiro líquido		39.678	53.355
Despesas financeiras	19	(402)	(153)
Receitas financeiras	19	32.382	53.318
Variações monetárias e cambiais, líquidas	19	7.698	190
Lucro (prejuízo) antes dos tributos sobre o lucro		73.142	(90.999)
Imposto de Renda e Contribuição Social	12.1	(7.062)	-
Lucro (prejuízo) líquido do exercício		**66.080**	**(90.999)**
Lucro (prejuízo) líquido básico e diluído por ação (em R$)	14.3	0,19	(0,24)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

	Nota	2024	2023
Lucro (prejuízo) líquido do exercício		66.080	(90.999)
Itens que não serão reclassificados para o resultado:			
Ganhos (Perdas) atuariais com plano de benefícios definidos	13.2.2	10.330	(6.443)
Outros resultados abrangentes		10.330	(6.443)
Resultado abrangente total		**76.410**	**(97.442)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

			Outros Resultados Abrangentes	Reserva de lucros			
	Capital social realizado	Contribuição adicional de capital	Ganhos (perdas) atuariais com planos de benefícios definidos	Legal	Incentivos fiscais	Lucros (prejuízos) acumulados	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2023	**3.746.670**	**(17.760)**	**13.040**		**-**	**(2.734.511)**	**1.007.439**
Redução de capital	(150.000)	-	-	-	-	-	(150.000)
Prejuízo líquido do exercício	-	-	-	-	-	(90.999)	(90.999)
Outros Resultados Abrangentes							
Planos de Pensão e Saúde	-	-	(6.443)	-	-	-	(6.443)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**3.596.670**	**(17.760)**	**13.040**	**-**	**-**	**(2.825.510)**	**766.440**
	3.596.670	**(17.760)**	**6.597**	**-**	**-**	**(2.825.510)**	**759.997**
Saldos em 1º de janeiro de 2024	**3.596.670**	**(17.760)**	**6.597**	**-**	**-**	**(2.825.510)**	**759.997**
Redução de capital	(2.825.510)	-	-	-	-	2.825.510	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	66.080	66.080
Reserva legal	-	-	-	3.304	-	(3.304)	-
Reserva de incentivos fiscais	-	-	-	-	62.776	(62.776)	-
Outros resultados abrangentes							
Planos de Pensão e Saúde	-	-	10.330	-	-	-	10.330
Saldos em 31 de dezembro de 2024	**771.160**	**(17.760)**	**16.927**	**3.304**	**62.776**	**-**	**836.407**
	771.160	**(17.760)**	**16.927**		**66.080**	**-**	**836.407**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

	Notas	2024	2023
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro (prejuízo) líquido do exercício		66.080	(90.999)
Ajustes para:			
Provisão atuarial, com plano de pensão e saúde	13.2.2	8.692	4.034
Resultado de recebíveis de ativos financeiros	19	(31.678)	(52.436)
Variações monetárias e encargos financeiros		(8.000)	-
Depreciação e amortização		26.606	25.855
Provisão (reversão) de perdas de créditos esperados	5.3	1.001	(140)
Reversão de provisão para perdas de créditos fiscais	12.2	(48.195)	(69.495)
Resultado com alienações e baixa de ativos		30	21
Emissões de créditos de descarbonização - CBIOs	17	(14.264)	(11.288)
Reversão de provisão para perdas, com processos judiciais de desinvestimentos	17	(2.161)	(767)
Provisão (reversão) para perdas, com processos judiciais e administrativos	17	(1.945)	4.038
Valor justo das operações com derivativos		(246)	(1.201)
Provisão para gastos com compartilhamento de custos e despesas - CCCD		-	13.316
Provisão de abono a empregados		128	10.408
Ajuste a valor realizável líquido		7.755	(8.398)
Redução (aumento) de ativos			
Contas à receber		(29.221)	58.880
Impostos, taxas e contribuições à recuperar		42.483	29.832
Estoques		(68.128)	41.774
Operações com derivativos		5.178	22.625
Outros ativos		155	433
Aumento (redução) de passivos			
Fornecedores		26.341	(43.862)
Benefícios a empregados		1.481	9.952
Impostos, taxas e contribuições à recolher		4.927	203
Operações com derivativos		-	1
Outros passivos		3.691	(1.780)
Recursos líquidos utilizados nas atividades operacionais		(9.290)	(58.994)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos			
Resgate em recebíveis de ativos financeiros		584.945	303.695
Investimentos em recebíveis de ativos financeiros		(410.777)	(235.828)
Aquisições de ativos imobilizados		(14.877)	(8.878)
Recursos líquidos gerados pelas atividades de investimentos		159.291	58.989
Fluxo de caixa de atividades de financiamentos			
Redução de capital		(150.000)	-
Recursos líquidos utilizados nas atividades de financiamento		(150.000)	-
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa no exercício		1	(5)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		1	6
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		**2**	**1**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

	2024	Reapresentado 2023
Receitas		
Vendas de produtos	1.486.780	515.057
Descontos e abatimentos	(1.938)	(2.765)
Reversão (perdas) de crédito esperadas	(1.197)	140
Receitas relativas à construção de ativos para uso	11.893	8.141
Outras receitas operacionais, líquidas	16.117	45.382
	1.511.655	565.955
Insumos adquiridos de terceiros		
Matérias-primas consumidas	(1.026.230)	(419.668)
Produtos para revenda	(86.071)	(28.886)
Créditos fiscais sobre insumos adquiridos de terceiros	(216.247)	(74.645)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(116.739)	(159.990)
Reversão de provisão para perdas de créditos fiscais	48.195	69.495
	(1.397.092)	(613.694)
Valor adicionado (consumido) bruto	114.563	(47.739)
Depreciação e amortização	(26.606)	(25.855)
Valor líquido adicionado (consumido) pela Companhia	87.957	(73.594)
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras, variações monetárias e cambiais	40.080	53.508
	40.080	53.508
Valor adicionado (consumido) total a distribuir	**128.037**	**(20.086)**
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal e administradores		
Remuneração direta		
Salários	33.807	43.647
Provisão (Reversão) para remuneração variável	11.321	(96)
Abono a empregados	142	10.858
	45.270	54.409
Benefícios		
Vantagens	4.185	3.389
Plano de aposentadoria e pensão	4.605	3.724
Plano de saúde	11.415	5.213
	20.205	12.326
FGTS	4.214	3.196
	69.689	69.931
Tributos		
Federais[a]	(9.875)	(2.982)
Estaduais	78	2.525
Municipais	901	675
	(8.896)	218
Instituições financeiras e fornecedores		
Juros, variações cambiais e monetárias	402	153
Despesas de aluguéis	760	611
	1.162	764
Acionistas		
Lucros (prejuízos) retidos	66.080	(90.999)
	66.080	(90.999)
Valor adicionado (consumido) total distribuído	**128.037**	**(20.086)**

(a) Inclui valores de imposto de renda e contribuição social diferidos, conforme nota explicativa 12.1.
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
(Em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

1. A Companhia e suas operações

A Petrobras Biocombustível S.A. ("PBIO" ou "Companhia") é uma controlada integral da Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobras), constituída em 16 de junho de 2008, tendo por finalidade a produção, logística, comercialização, pesquisa e desenvolvimento de biocombustíveis, bem como de quaisquer outros produtos, subprodutos e atividades correlatas ou afins, a logística e a comercialização de matéria-prima, bem como enxofre e a geração de energia elétrica, associada as suas operações de produção de biocombustíveis.

A Companhia poderá também atuar na produção, logística, comercialização e pesquisa, desenvolvimento de negócios e empreendimentos, cujos processos produtivos e soluções tecnológicas abranjam atividades de baixas emissões de carbono, eficiência energética e tecnologias sustentáveis, além da comercialização e logística de enxofre e produtos afins, bem como a prestação de serviços correlatos.

A PBIO segue o plano de negócios da sua controladora, Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobras), na condução de suas operações. Portanto, estas demonstrações financeiras devem ser lidas neste contexto.

1.1. Processo de desinvestimento

No período compreendido entre 03 de julho de 2020 e 29 de março de 2023, a PBIO esteve inserida em processo de desinvestimento de participações da Petrobras. Após o período de análise, iniciado em 2023, a Petrobras, através da sua Diretoria Executiva, aprovou, em 06 de novembro de 2024, o encerramento do projeto de desinvestimento da PBIO. Desse modo, a PBIO foi incluída no Plano de Negócios 2025-2029 da sua controladora, a Petrobras, divulgado em 21 de novembro de 2024.

No Plano de Negócios 2025-2029, foram incluídos orçamentos de investimentos para as usinas de biodiesel, em Candeias e Montes Claros. Nos planos anteriores, os orçamentos aprovados consideravam apenas a continuidade das suas operações. A planta de Quixadá permanece hibernada, sem data de retomada.

1.2. Principais impactos nas operações da Companhia

Em 2024, a controladora (Petrobras) indicou novos membros para compor a Diretoria Executiva da PBIO. Em relação à estrutura organizacional da Controladora, a PBIO faz parte da Diretoria de Transição Energética.

Em 19 de dezembro de 2023, por meio da publicação da Resolução 8/2023, o Conselho Nacional de Pesquisa Energética (CNPE) revisou o cronograma de aumento do mandato de mistura de biodiesel no diesel fóssil. Em 01 de março de 2024, o percentual obrigatório de biodiesel aumentou de 12% para 14%. Além disso, com o novo cronograma de aumento de mistura, o ciclo de aumento de mistura seria finalizado em março de 2025, com 15% de biodiesel no diesel fóssil. No entanto, em 18 de fevereiro de 2025, o CNPE suspendeu temporariamente esse aumento da mistura. Adicionalmente, no dia 08 de outubro de 2024, foi sancionado o PL 528/2020, criando a Lei 14.993/2024, mais conhecida como Lei do Combustível do Futuro, a qual amplia o percentual máximo da mistura, do biodiesel ao diesel, dos atuais 15% (Lei 13.033/2014) para 20%. A nova lei propõe que a mistura obrigatória siga aumentando um ponto percentual, a cada ano, até 2030, atingindo assim o percentual de 20%, naquele ano.

O preço médio do biodiesel vendido nas usinas da PBIO, em 2024, foi superior ao do ano de 2023. E o volume vendido de biodiesel, em 2024, foi de 185,9 mil m³, superando o ano de 2023, que teve um volume vendido de aproximadamente 87,5 mil.

Em 2024, a PBIO e a Petrobras firmaram acordo pela exclusividade na comercialização do enxofre. A operação teve início em 01 de fevereiro de 2024, com vigência contratual de 3 anos, renovável por igual período. O enxofre é produzido nas refinarias da Petrobras e, em 2024, a sua venda representou cerca de 16% do faturamento da PBIO.

1.3. Política Nacional de Biocombustíveis – RenovaBio

No âmbito do programa Renovabio, as usinas de biodiesel da PBIO geraram, em 2024, 168.627 créditos de descarbonização (CBIOs) — 100.156, em 2023. Desse total, 137.953 foram gerados na Usina de Montes Claros e 30.674, na Usina de Candeias. Os valores dos CBIOs em carteira estão apresentados na nota explicativa 7.

1.4. Auto de infração – SEFAZ/MG

Em setembro de 2023, a PBIO recebeu auto de Infração, lavrado pela Secretaria da Fazenda de Minas Gerais (SEFAZ/MG), sob a alegação de suposto recebimento de mercadorias na Usina de Montes Claros, por meio de documentos fiscais considerados ideologicamente falsos, resultando em acúmulo indevido de créditos de ICMS na visão da autoridade fiscal.

A PBIO apresentou defesa administrativa dentro do prazo legal, pelo seu direito à manutenção integral dos créditos de ICMS relativos às compras de matérias-primas utilizadas em seu processo produtivo, tendo por fundamento todos os elementos que comprovam a veracidade da operação e sua boa-fé na relação comercial ("adquirente de boa-fé"). E, em 15 de outubro de 2024, a Companhia ajuizou ação anulatória, perante o tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJ/MG), para questionar a legalidade do auto de infração, sendo concedida, em 18 de outubro de 2024, antecipação provisória parcial de tutela. A ação seguirá o rito ordinário processual, no Poder Judiciário.

A contingência passiva está classificada em parte como perda possível, conforme demonstrado na nota explicativa 18.4 e parte como perda remota.

2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, e incorporam as mudanças introduzidas por intermédio das Leis nº 11.638/07 e 11.941/09, complementadas por pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados por resoluções do Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

Todas as informações relevantes, próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

Certificado por Editora Globo SA 04067191000160 Pub: 08/04/2025

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ou pelo link

https://publicidadelegal.valor.com.br/valor/2025/04/08/BIOCOMBUSTÃ¡VEL15818474080420 25.pdf

Hash:174404592 48f29b5fa5792418bb2e871d75815af8e

MINISTÉRIO DE **MINAS E ENERGIA**

GOVERNO FEDERAL — BRASIL — UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

Petrobras Biocombustível S.A.

CNPJ Nº 10.144.628/0001-14 - Empresa do Sistema Petrobras

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico, como base de valor, exceto quando de outra forma indicado.

Na preparação dessas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e julgamentos relevantes, que requerem maior nível de julgamento e complexidade, estão divulgados na nota explicativa 4.

A Diretoria Executiva da Companhia, em reunião realizada em 26 de fevereiro de 2025, autorizou a emissão destas demonstrações financeiras.

2.1. Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) apresenta informações relativas à riqueza, criada pela Companhia, e a forma como tais riquezas foram distribuídas. Essa demonstração foi preparada de acordo com o CPC 09 (R1) — Demonstração do Valor Adicionado —, sendo apresentada como informação adicional.

2.1.1. Adoção de novas normas e revisões

Em 1° de janeiro de 2024, entraram em vigor, e foram adotadas pela companhia, novas normas emitidas pelo IASB — *International Accounting Standards Board* —, com correspondentes pronunciamentos técnicos emitidos pelo CPC, conforme divulgado na nota explicativa 5 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2023.

Sobre esses normativos em vigor, a partir de 1º de janeiro de 2024, de acordo com as avaliações realizadas, não houve impactos materiais na aplicação inicial nessas informações financeiras, exceto pela revisão do Pronunciamento Técnico CPC 09 (R1) — Demonstração do Valor Adicionado (DVA).

Tal revisão gerou uma reapresentação da DVA, entre componentes da riqueza criada (receita, insumos adquiridos de terceiros e depreciação, depleção e amortização), sem afetar o valor adicionado líquido produzido pela companhia, conforme a seguir:

	Divulgado 31.12.2023	Efeito CPC 09 (R1)	Reapresentado 31.12.2023
Receitas			
Outras receitas operacionais, líquidas	-	8.398	8.398
Insumos adquiridos de terceiros			
Ajuste a valor realizável líquido	8.398	(8.398)	-
	8.398	**-**	**8.398**

A principal alteração introduzida pelo CPC 09 (R1), que impactou a DVA da companhia, refere-se aos ajustes ao valor realizável líquido de estoques, os quais deixaram de ser apresentados como insumos adquiridos de terceiros e passam a ser divulgados como outras receitas.

2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o Real, que é a moeda de seu ambiente econômico de operação. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

3. Práticas contábeis materiais

Para melhor compreensão da base de reconhecimento e mensuração, aplicadas na preparação das demonstrações financeiras, as práticas contábeis são apresentadas nas respectivas notas explicativas, que tratam dos temas de suas aplicações.

4.. Estimativas e julgamentos relevantes

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de estimativas e julgamentos para determinadas operações. A seguir são apresentados: (i) julgamentos relevantes; e (ii) as principais fontes de incerteza, com risco significativo de causar ajustes materiais em estimativas contábeis da companhia, ao longo do próximo exercício social.

4.1. Ajuste ao valor recuperável de ativos (*Impairment*)

4.1.1. Principais fontes de incerteza de estimativas

As projeções relacionadas às premissas-chave derivam do plano de negócios e gestão para os primeiros cinco anos, e são consistentes com o plano estratégico para os anos subsequentes. Tais projeções são consistentes com evidências de mercado, tais como previsões macroeconômicas independentes, análises da indústria e de especialistas. Testes estatísticos, como *backtesting* e *feedback*, também são efetuados para aprimorar continuamente as técnicas de previsão da Companhia.

O modelo de previsão de preços da PBIO é baseado em uma relação não linear entre as variáveis, que visam representar os fundamentos de oferta e demanda do mercado.

Mudanças no ambiente econômico podem gerar alterações de premissas e, consequentemente, o reconhecimento de perdas por desvalorização (ou reversões de perda) em certos ativos ou Unidades Geradoras de Caixa (UGCs).

Mudanças no ambiente econômico e político podem também resultar em projeções de risco-país mais altas, ocasionando elevação nas taxas de desconto usadas nos testes de *impairment*.

O valor recuperável de determinados ativos pode não exceder substancialmente seus valores contábeis e, por esta razão, é razoavelmente possível que perdas por desvalorização sejam reconhecidas nestes ativos nos próximos anos, devido à observação de uma realidade distinta em relação às premissas assumidas.

4.1.2. Definição das unidades geradoras de caixa (UGC) para testes de *impairment*

Esta definição envolve julgamentos e avaliação, por parte da Administração, com base em seu modelo de negócio e gestão. O nível de desagregação de ativos em UGCs pode chegar até o limite dos ativos serem testados individualmente.

Alterações nas UGCs, em função de revisão de fatores de investimentos, estratégicos ou operacionais, podem resultar em alterações nas interdependências entre ativos e, consequentemente, na agregação ou desagregação de ativos, que faziam parte de determinadas UGCs, podendo influenciar na sua capacidade de gerar caixa e ocasionar perdas ou reversões adicionais na recuperação de tais ativos.

As definições das UGCs adotadas são as seguintes:

- UGC Biodiesel: conjunto de ativos que compõe as usinas de Montes Claros e Candeias. A definição da UGC, com avaliação conjunta das usinas, reflete o processo de planejamento e realização da produção, considerando as condições do mercado nacional e a capacidade de fornecimentos de cada usina, assim como os resultados alcançados na comercialização dos produtos e a oferta de matéria-prima.

As operações da Usina de Quixadá-CE se encontram encerradas. Por conta disso, a planta deixou de fazer parte da UGC das Usinas de Biodiesel, estando com *impairment* integral.

4.2. Fontes de incerteza em benefícios de pensão e outros benefícios pós-emprego

O passivo atuarial líquido representa as obrigações da Companhia líquidas, do valor justo dos ativos do plano (quando aplicável) a valor presente, conforme nota explicativa — 13.2.2 — Movimentação do valor presente da obrigação (VPO).

Os compromissos atuariais e os custos com os planos de benefícios definidos, de pensão e aposentadoria, e os de assistência médica dependem de uma série de premissas financeiras e demográficas. Dentre as principais, estão:

a) Taxa de desconto — compreende a curva de inflação projetada, com base no mercado, mais juros reais apurados, por meio de uma taxa equivalente, que conjuga o perfil de maturidade das obrigações de pensão e saúde com a curva futura de retorno dos títulos de mais longo prazo do governo brasileiro;

b) Taxa de variação de custos médicos e hospitalares — premissa representada pela projeção de taxa de crescimento dos custos médicos e hospitalares, baseada no histórico de desembolsos para cada indivíduo (per capita) da Companhia nos últimos cinco anos, que se iguala à taxa da inflação geral da economia, no prazo de 30 anos.

Essas e outras premissas são revisadas, anualmente, e podem divergir dos resultados reais, devido a mudanças nas condições de mercado e econômicas, além do comportamento das premissas atuariais.

As incertezas de mensuração, associadas à obrigação de benefício definido, e análise de sensibilidade das taxas de desconto e de variação de custos médicos e hospitalares estão divulgadas nas notas explicativas 13.2.5 e 13.2.6, respectivamente.

4.3. Fontes de incertezas em provisões para processos judiciais e contingências

A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos, envolvendo questões cíveis, fiscais e trabalhistas, decorrentes do curso normal de suas operações, e considera estimativas para reconhecer os valores e a probabilidade de saída de recursos, com base em pareceres e avaliações técnicas de seus assessores jurídicos e nos julgamentos da Administração.

Essas estimativas são realizadas de forma individualizada ou por agrupamento de casos com teses semelhantes, e essencialmente levam em consideração fatores, como a análise dos pedidos realizados pelos autores, robustez das provas existentes, precedentes jurisprudenciais de casos semelhantes e doutrina sobre o tema.

Decisões judiciais e administrativas em ações contra a companhia, nova jurisprudência e alterações no conjunto de provas existentes podem resultar na alteração da probabilidade de saída de recursos e suas mensurações, mediante análise de seus fundamentos.

Informações sobre processos provisionados e contingências são apresentadas na nota explicativa 18.

4.4. Fontes de incertezas nas perdas de crédito esperadas de ativos financeiros

Perdas de crédito correspondem à diferença entre todos os fluxos de caixa contratuais, devidos à entidade, e todos os fluxos de caixa que a entidade espera receber, descontados à taxa de juros efetiva original. A perda de crédito esperada (PCE) de um ativo financeiro corresponde à média ponderada de perdas de crédito, com os respectivos riscos de inadimplência, que possam ocorrer conforme as ponderações.

A provisão de perdas de crédito esperadas para ativos financeiros se baseia em premissas de risco de *default*, determinação da ocorrência ou não de aumento significativo no risco de crédito, fator de recuperação, além de informações sobre atrasos nos pagamentos e avaliações do instrumento financeiro, com base em classificações externas de riscos e metodologias internas de avaliação.

4.5. Recuperabilidade de créditos tributários

A Administração realiza, no mínimo, anualmente, teste de recuperabilidade sobre os créditos tributários, oriundos das operações da Companhia. Esses testes têm como premissa os fluxos de caixa projetados futuros e legislação fiscal, vigente no momento de sua realização, que visam demonstrar se a Companhia terá capacidade, por meio de suas atividades operacionais, de recuperação de tais créditos.

Uma provisão é constituída quando se observa que os valores registrados estão acima dos seus respectivos valores recuperáveis. Mais informações sobre essas provisões podem ser observadas na nota explicativa 12.2.

4.6. Valor justo dos derivativos de moeda e commodity

O valor justo de derivativos de moeda estrangeira é estimado de acordo com o valor da moeda no mercado *spot*, no fechamento do mês, acrescido de juros, até a data de vencimento das posições em aberto. O valor justo de *commodities* é estimado pelo valor do contrato futuro da *commodity*, operada na bolsa de referência (bolsa de Chicago — CBOT — óleo de soja), no fechamento do mês.

Outras informações e análises de sensibilidades dos derivativos são divulgadas na nota explicativa 20.2.

5. Novas normas e interpretações

5.1. International Accounting Standards Board (IASB)

A Companhia é regida pelos regramentos publicados pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que emite pronunciamentos, revisões de pronunciamentos e interpretações análogos às IFRS, tal como emitidas pelo IASB. Os principais normativos, emitidos pelo IASB, que ainda não entraram em vigor e não tiveram adoção antecipada pela Companhia, até 31 de dezembro de 2024, são:

Norma	Descrição	Data de vigência e disposição transitória
Lack of Exchangeability - Amendments to IAS 21	As emendas estabelecem que, quando uma moeda não for conversível por outra, na data da mensuração, a taxa de câmbio à vista deve ser estimada. Adicionalmente, as emendas orientam sobre como avaliar a conversibilidade entre moedas e como determinar a taxa de câmbio à vista, quando da ausência da conversibilidade. Quando a taxa de câmbio à vista for estimada, porque uma moeda não é conversível por outra moeda, devem ser divulgadas informações que permitam entender como a moeda não conversível por outra moeda afeta, ou se espera que afete, a demonstração do resultado, o balanço patrimonial e a demonstração dos fluxos de caixa.	1º de janeiro de 2025 com regras de transição específicas.
Annual Improvements – Volume 11	As emendas alteram, pontualmente, requerimentos relacionados aos seguintes temas e normativos: preço de transação e desreconhecimento de passivos de arrendamentos (IFRS 9 *Financial Instruments*); método de custo (IAS 7 *Statement of Cash Flows*); ganho ou perda, no desreconhecimento;, divulgação da diferença, diferida entre o valor justo e o preço da transação; e divulgação do risco de crédito (IFRS 7 *Financial Instruments: Disclosures*); determinação de um 'agente de fato' (IFRS 10 *Consolidated Financial Statements*); e contabilização de *hedge*, para um adotante pela primeira vez (IFRS 1 *First-Time Adoption of International Financial Reporting Standards*).	1º de janeiro de 2026 com regras de transição específicas
Amendments to the Classification and Measurement of Financial Instruments - Amendments to IFRS 9 and IFRS 7	De forma geral, as emendas às IFRS 9 trazem esclarecimentos sobre: avaliação dos fluxos de caixa contratuais para classificação de ativos; ativos financeiros *non-recourse* e instrumentos contratualmente vinculados. Adicionalmente, as emendas à IFRS 9 trazem esclarecimentos quanto à data do reconhecimento inicial ou desreconhecimento de ativos financeiros e passivos financeiros, e a possibilidade de desreconhecer passivos financeiros, que serão liquidados em caixa, por meio de um sistema eletrônico de pagamento, antes da data da liquidação, desde que determinados critérios sejam atendidos. Já as emendas à IFRS 7 trazem novos requerimentos de divulgação.	1º de janeiro de 2026 aplicação retrospectiva com regras de transição específicas
Contracts Referencing Nature-dependent Electricity - Amendments to IFRS 9 and IFRS 7	As emendas promovem alterações nas IFRS 9 e IFRS 7 para fins de reporte de contratos de eletricidade, relacionados à natureza. Tais emendas incluem: esclarecimento sobre aplicação dos requerimentos *own-use*; permissão da utilização da contabilização de *hedge*, se esses contratos forem utilizados como instrumentos de *hedge*; e requerimentos adicionais de divulgação.	1º de janeiro de 2026 aplicação retrospectiva com regras de transição específicas
IFRS 18 - Presentation and Disclosure in Financial Statements	A IFRS 18 estabelece novos requerimentos para a apresentação e divulgação das demonstrações financeiras, em substituição à IAS 1 - *Presentation of Financial Statements*. Entre outros, foram incluídos novos requerimentos sobre: a. Apresentação da demonstração do resultado, incluindo a obrigação de classificar todas as receitas e despesas em uma das cinco categorias: operacional, investimento, financiamento, impostos de renda e operações descontinuadas; b. Divulgação de medidas de desempenho, definidas pela gestão; c. Orientação sobre agregação ou desagregação de informações; e d. Novos requerimentos de divulgação. Adicionalmente, foram feitas determinadas alterações em outros normativos, incluindo requerimentos contábeis, que tratam da demonstração do fluxo de caixa. Nesse último, entre outras modificações, foi removida a opcionalidade à classificação dos fluxos de caixa de dividendos e juros.	1º de janeiro de 2027 aplicação retrospectiva com regras de transição específicas
IFRS 19 - Subsidiaries without Public Accountability: Disclosures	A IFRS 19 é uma norma de aplicação voluntária que permite que entidades elegíveis forneçam divulgações reduzidas, ao aplicar os padrões contábeis IFRS, em suas demonstrações financeiras. Para ser elegível, no final do período de relatório, uma entidade deve ser uma controlada, conforme definido no IFRS 10, não pode ter responsabilidade pública e deve ter uma controladora (final ou intermediária), que prepare demonstrações financeiras consolidadas, disponíveis para uso público, que estejam em conformidade com os padrões contábeis IFRS.	1º de janeiro de 2027 com regras de transição específicas

Em relação aos normativos listados acima, em vigor a partir de 1º de janeiro de 2025, de acordo com as avaliações realizadas, a Companhia estima que não há impactos materiais da aplicação inicial em suas demonstrações financeiras.

Quanto aos normativos que entrarão em vigor a partir de 1º de janeiro de 2026, a Companhia está avaliando os efeitos da aplicação inicial em suas demonstrações financeiras.

5.2. Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC)

A seguir, são apresentados os normativos emitidos pelo CPC que ainda não entraram em vigor e não tiveram sua adoção antecipada pela Companhia, até 31 de dezembro de 2024, bem como os IFRS equivalentes:

Pronunciamento, revisão ou interpretação do CPC	IFRS equivalente	Data de vigência
Pronunciamento Técnico CPC 18 (R3) – Investimento em Coligada e em Empreendimento Controlado em Conjunto – CPC 18 (R3)*	*IAS 28 Investments in Associates and Joint Ventures*	1º de janeiro de 2025
Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 27	*Amendments to IAS 21 (Lack of Exchangeability)*	1º de janeiro de 2025
Interpretação Técnica ICPC 09 (R3) – Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial ICPC 09 (R3)**	*Sem equivalência às IFRS*	1º de janeiro de 2025
Orientação Técnica OCPC 10 – Créditos de Carbono, Permissões de Emissões (allowances) e Créditos de Descarbonização (CBIO) (OCPC 10)	*Sem equivalência às IFRS*	1º de janeiro de 2025

* Emitido em substituição ao CPC 18 (R2)
** Emitido em substituição ao ICPC 09 (R2)

Os efeitos esperados da aplicação inicial, referente aos normativos listados acima, são os mesmos que foram apresentados para os respectivos normativos emitidos pelo IASB, apresentados no item 5.1.

6. Contas à receber

6.1. Contas à receber, líquidas

	31.12.2024	31.12.2023
Recebíveis de contratos com clientes		
Terceiros	81.411	55.963
Partes relacionadas (nota explicativa 11.1)	4.190	353
Subtotal	85.601	56.316
Outras contas à receber		
Terceiros	1.568	1.773
Partes relacionadas (nota explicativa 11.1)	842	702
Subtotal	2.410	2.475
Total do contas a receber	**88.011**	**58.791**
Perdas de crédito esperadas (PCE) - Terceiros	(8.984)	(7.983)
Total do contas a receber, líquidas	**79.027**	**50.808**
Circulante	79.027	50.808

6.2. *Aging* do Contas à receber – Terceiros

	31.12.2024		31.12.2023	
	Contas a receber	PCE	Contas a receber	PCE
À vencer	73.648	(47)	44.287	(7)
Vencidos:				
Até 3 meses	601	(209)	5.430	(36)
De 3 a 6 meses	300	(300)	413	(374)
De 6 a 12 meses	681	(681)	131	(98)
Acima de 12 meses	7.749	(7.747)	7.475	(7.468)
Total	**82.979**	**(8.984)**	**57.736**	**(7.983)**

6.3. Movimentação das perdas de crédito esperadas – PCE

	2024	2023
Saldo inicial	7.983	8.123
Adições	1.303	680
Reversões	(242)	(709)
Baixas	(60)	(111)
Total	**8.984**	**7.983**

6.4. Contas à receber – FIDC

	31.12.2024	31.12.2023
Fundo de investimento em direitos creditórios não padronizados - FIDC-NP	300.562	443.052
Total	**300.562**	**443.052**

Representam os recursos aplicados em quotas seniores do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados (FIDC-NP). O FIDC-NP é destinado preponderantemente à aquisição de direitos creditórios, performados e/ou não performados, de operações realizadas, exclusivamente, pela Petrobras e suas controladas.

A aplicação desses recursos no FIDC-NP é tratada como "recebíveis", considerando que o lastro desse fundo é principalmente em direitos creditórios.

A redução do saldo, em 2024, decorre da utilização de recursos, principalmente para pagamento de redução de capital, em R$ 150.000, ocorrida no 4º trimestre de 2023, porém liquidada no 1º trimestre de 2024, após cumprimento dos prazos legais.

Prática contábil

As contas à receber são, geralmente, classificadas como ao custo amortizado.

A Companhia reconhece provisão para perdas de crédito esperadas (PCE) para contas à receber, de clientes de curto prazo, por meio da utilização de matriz de provisões.

A matriz tem como base a experiência de perda de crédito histórica não ajustada, quando tal informação representa a melhor informação razoável e sustentável, ou, ajustada, com base em dados observáveis atuais, para refletir os efeitos das condições atuais e futuras, desde que tais dados estejam disponíveis sem custo ou esforços excessivos.

PCE é a média ponderada de perdas de crédito históricas com os respectivos riscos de inadimplência, que possam ocorrer, conforme as ponderações. A perda de crédito sobre um ativo financeiro é mensurada pela diferença entre todos os fluxos de caixa contratuais, devidos à Companhia, e todos os fluxos de caixa, que a Companhia espera receber, descontados à taxa efetiva original.

Em geral, para os demais recebíveis, a Companhia reconhece provisão por valor equivalente à PCE para 12 meses. Entretanto, quando o risco de crédito do instrumento financeiro aumentar significativamente, desde o seu reconhecimento inicial, a provisão é reconhecida por valor equivalente à PCE (vida toda).

Ao avaliar o aumento significativo do risco de crédito, a Companhia compara o risco de inadimplência (*default)*, que ocorre no instrumento financeiro, na data do balanço, com o risco de inadimplência, que ocorre no instrumento financeiro, na data de seu reconhecimento inicial.

Independentemente da avaliação do aumento significativo no risco de crédito, a Companhia presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente, desde o seu reconhecimento inicial, quando os pagamentos contratuais estiverem vencidos há mais de 30 dias, exceto quando informações razoáveis e sustentáveis disponíveis demonstrarem o contrário.

A Companhia assume que o risco de crédito de contas à receber não aumentou significativamente, desde o seu reconhecimento inicial, quando as contas a receber possuírem baixo risco de crédito, na data do balanço. Baixo risco de crédito é determinado com base em classificações externas de riscos e metodologias internas de avaliação.

Inexistindo controvérsia ou outras questões, que podem resultar em suspensão da cobrança, a Companhia considera inadimplência quando a contraparte não cumpre com a obrigação legal de pagamento de seus débitos, quando devidos ou, a depender do instrumento, quando ocorre atraso de recebimento devido contratualmente em prazo igual ou superior a noventa dias.

7. Estoques

	31.12.2024	31.12.2023
Matéria-prima (i)	488	562
Produtos intermediários (ii)	62.044	16.909
Produtos acabados (iii)	50.788	21.877
Materiais	14.697	13.377
Créditos de descarbonização - CBIOs	25.625	18.525
(-) Ajuste a valor realizável líquido	(9.668)	(1.913)
Total	**143.974**	**69.337**

(i) Metanol;
(ii) Óleos e gorduras vegetais e de animais;
(iii) Biodiesel, glicerina, ácido graxo, borra de refino (soja) e borra de sebo bovino.

O aumento dos saldos de produtos intermediários e acabados, em 2024, decorre do aumento de produção de biodiesel, conforme nota explicativa 1.2. Em relação aos CBIOs, o aumento do saldo decorre de maior geração, em função de maior produção de biodiesel e menores vendas de CBIOs, durante o ano.

O aumento do ajuste a valor realizável líquido entre os exercicios refere-se, em maior parte, aos CBIOs e seu preço de mercado. Em relação aos produtos intermediários e produtos acabados, decorre de maior margem negativa e de maior quantidade de produtos estocados, ao final de 2024, com destaque para o biodiesel.

Prática contábil

O estoque de créditos de descarbonização (CBIOs) é reconhecido, inicialmente, pelo seu valor justo e deduzido ao seu valor de realização, quando este for inferior ao valor contábil, tendo como base a cotação em bolsa, na data do Balanço Patrimonial.

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001,que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

Certificado por Editora Globo SA 04067191000160 Pub: 08/04/2025

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ou pelo link
https://publicidadelegal.valor.com.br/valor/2025/04/08/BIOCOMBUSTÃ½VEL1581847408042025.pdf
Hash:17440459248f29b5fa5792418bb2e871d75815af8e

MINISTÉRIO DE
MINAS E ENERGIA

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

Petrobras Biocombustível S.A.

CNPJ Nº 10.144.628/0001-14 - Empresa do Sistema Petrobras

Os demais estoques são mensurados pelo seu custo médio ponderado de compra ou de produção, e são ajustados ao seu valor de realização líquido, quando este for inferior ao valor contábil.

Os materiais e suprimentos para manutenção representam, principalmente, insumos de produção e materiais de operação e consumo, que serão utilizados nas atividades da Companhia, exceto matérias-primas, e estão demonstrados ao custo médio de compra, quando este não excede o custo de reposição.

O valor de realização líquido compreende o preço de venda, estimado no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e dos gastos para se concretizar a venda, levando em consideração a finalidade para o qual o estoque é mantido.

8. Imobilizado

8.1. Por tipo de ativos

	Terrenos, edificações e benfeitorias	Equipamentos e outros bens	Ativos em construção	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**10.045**	**240.460**	**9.249**	**259.754**
Custo acumulado	18.210	792.750	9.249	820.209
Depreciação e impairment acumulados (i)	(8.165)	(552.290)	-	(560.455)
Adições	-	2.984	11.893	14.877
Baixas	-	(989)	(21)	(1.010)
Transferências	1.320	5.680	(7.000)	-
Depreciação	(723)	(25.878)	-	(26.601)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**10.642**	**222.257**	**14.121**	**247.020**
Custo acumulado	19.530	800.251	14.121	833.902
Depreciação e impairment acumulados (i)	(8.888)	(577.994)	-	(586.882)

(i) No caso de terrenos e ativos em construção, refere-se apenas às perdas por impairment.

	Terrenos, edificações e benfeitorias	Equipamentos e outros bens	Ativos em construção	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**5.391**	**254.296**	**17.046**	**276.733**
Custo acumulado	30.008	786.583	17.157	833.748
Depreciação e impairment acumulados	(24.617)	(532.287)	(111)	(557.015)
Adições	5.339	737	8.141	14.217
Baixas	-	(62.228)	(8.944)	(71.173)
Transferências	-	72.807	(6.994)	65.813
Depreciação	(685)	(25.151)	-	(25.836)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**10.045**	**240.460**	**9.249**	**259.754**
Custo acumulado	18.210	792.750	9.249	820.209
Depreciação e impairment acumulados	(8.165)	(552.290)	-	(560.455)

(i) No caso de terrenos e ativos em construção, refere-se apenas às perdas por impairment.

8.2. Tempo de vida útil estimada

O tempo de vida útil dos ativos, depreciados pelo método linear, são demonstrados a seguir:

Ativo	Tempo de vida útil médio ponderado em anos
Edificações e benfeitorias	25 - (entre 16 e 50)
Equipamentos e outros bens	20 - (entre 5 e 50)

A abertura por tempo de vida útil estimada, das edificações e benfeitorias, equipamentos e outros bens, é a seguinte:

	Edificações e benfeitorias, equipamentos e outros bens		
Vida útil estimada	**Custo**	**Depreciação acumulada**	**Saldo em 31.12.2024**
5 anos	5.006	(3.021)	1.985
6 - 10 anos	8.167	(6.731)	1.436
11 - 15 anos	-	-	-
16 - 20 anos	310.561	(272.824)	37.737
21 - 25 anos	292.211	(199.044)	93.167
26 - 30 anos	73.630	(48.109)	25.521
30 anos em diante	124.752	(56.625)	68.127
	814.327	**(586.354)**	**227.973**
Edificações e benfeitorias (*)	18.943	(8.888)	10.055
Equipamentos e outros bens(**)	795.913	(577.994)	217.919
	814.856	**(586.882)**	**227.974**
(*) Terrenos (sem vida útil definida)	587		587
(**) Materiais para futuras imobilizações (sem vida útil definida)	4.340	-	4.338

Prática contábil

Os ativos imobilizados estão demonstrados pelos custos de aquisição ou custos de construção, que compreendem também os custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo em condições de operação, deduzidos da depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável de ativos - *impairment*.

Os gastos com grandes manutenções planejadas, efetuadas para restaurar ou manter os padrões originais de desempenho das unidades industriais, são reconhecidos no ativo imobilizado, quando o prazo de campanha for superior a doze meses e houver previsibilidade das campanhas. Esses gastos são depreciados pelo período previsto até a próxima grande manutenção. Os gastos com as manutenções, que não atendem a esses requisitos, são reconhecidos como despesas, no resultado do exercício.

As peças de reposição e os sobressalentes, com vida útil superior a um ano e que só podem ser utilizados em conexão com itens do ativo imobilizado, são reconhecidos e depreciados junto com o bem principal.

Os ganhos e as perdas de alienação são determinados pela comparação dos resultados com o seu valor contábil, e são reconhecidos em "outras receitas (despesas) operacionais, líquidas", na demonstração do resultado.

Os ativos são depreciados pelo método linear, com base nas vidas úteis estimadas e revisadas anualmente. Os terrenos não são depreciados.

9. Redução ao valor recuperável dos ativos - Impairment

9.1. Imobilizado

Na avaliação de recuperabilidade dos ativos imobilizados, testados individualmente ou agrupados em unidades geradoras de caixa - UGC, a PBIO considerou as seguintes projeções:

- vida útil, baseada na expectativa de utilização dos ativos ou conjunto de ativos que compõem a UGC, considerando sua política de manutenção;
- premissas e orçamentos aprovados pela Administração, para o período correspondente ao ciclo de vida esperado, em razão das características dos negócios; e
- taxa de desconto, que deriva da metodologia de cálculo do custo médio ponderado de capital (*weighted average cost of capital - WACC*) pós-imposto. O uso de taxas de desconto pós-impostos, na determinação dos valores em uso, não resulta em valores recuperáveis diferentes, se taxas de desconto, antes dos impostos, tivessem sido usadas.

As principais premissas, utilizadas nas projeções de fluxo de caixa para determinar o valor em uso das UGC's, foram: i) taxa de desconto de 9,4% para 2024 (10,2% - 2023); ii) aplicação da nova curva de câmbio aos preços em dólar, projetados para o óleo de soja, e a curva de preços de biodiesel, projetada em reais; iii) aplicação de novos *spreads*, em relação ao óleo de soja Paranaguá e em relação ao biodiesel, média Brasil, devido às novas condições de mercado.

Nos exercícios de 2024 e 2023, não houve reconhecimento de perdas por *impairment*.

Prática contábil

A PBIO avalia a recuperabilidade dos ativos anualmente, ou quando existe um indicativo de desvalorização ou de reversão de perdas por *impairment*, reconhecidas em exercícios anteriores.

Essa avaliação é efetuada para o ativo individual ou ao menor grupo identificável de ativos, que gera entradas de caixa. Entradas essas que são, em grande parte, independentes das entradas de caixa de outros ativos ou outros grupos de ativos (UGC). A nota explicativa 4.1 apresenta informações detalhadas sobre as UGCs.

Os ativos de produção de biodiesel têm a recuperação do seu valor testada, pelo menos anualmente, independentemente de haver indicativos de perda de valor.

Na aplicação do teste de redução ao valor recuperável de ativos, o valor contábil do ativo ou UGC é comparado com o seu valor recuperável. O valor recuperável é o maior valor. entre o valor em uso de um ativo e seu valor justo líquido de despesa de venda. Considerando-se as sinergias das usinas de biodiesel e a expectativa de utilização dos ativos, até o final da vida útil, regularmente, o valor recuperável, utilizado na realização do teste de recuperabilidade, é o valor em uso, exceto quando especificamente indicado.

O valor em uso é estimado com base no valor presente dos fluxos de caixa futuros, decorrentes do uso contínuo dos respectivos ativos. As principais premissas dos fluxos de caixa são: taxas de câmbio e preços baseados no último Plano de Negócios e Gestão e Plano Estratégico divulgado.

10. Fornecedores

	31.12.2024	31.12.2023
Terceiros no país	70.504	50.962
Partes relacionadas (nota explicativa 11.1)	34.748	27.948
Total	**105.252**	**78.910**

O aumento do saldo de fornecedores terceiros decorre do aumento nas compras de matérias-primas, em virtude do maior volume de produção nesse exercício (vide nota explicativa 1.2).

11. Partes relacionadas

A Companhia segue a política com partes relacionadas do sistema Petrobras, de forma a assegurar os interesses da companhia, alinhada à transparência nos processos, às exigências legais e às melhores práticas de Governança Corporativa, sem conflito de interesses e em observância aos princípios de competitividade, conformidade, transparência, equidade e comutatividade.

A política também visa a garantir a adequada e diligente tomada de decisões, por parte da Administração da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, os saldos eram os seguintes:

11.1. Transações comerciais e outras operações

	Petrobras	Petros	APS	FIDC-NP	Petronect	Copenor	31.12.2024 Total	31.12.2023 Total
Ativo								
Contas a receber								
Contas a receber - FIDC	-	-	-	300.562	-	-	300.562	443.052
Reembolso pessoal cedido	842	-	-	-	-	-	842	700
Cessão de crédito - Earn-out	1.968	-	-	-	-	-	1.968	-
Clientes	2.222	-	-	-	-	-	2.222	355
Adiantamento a fornecedor	-	-	256	-	-	-	256	879
Investimentos (i)	-	-	665	-	-	-	665	665
Total	**5.032**	-	**921**	**300.562**	-	-	**306.515**	**445.651**
Circulante	5.032	-	256	300.562	-	-	305.850	444.986
Não circulante	-	-	665	-	-	-	665	665

(i) Mediante convênios, celebrados entre as patrocinadoras e a Associação Petrobras de Saúde (APS), foram realizadas transferências de recursos financeiros, até dezembro de 2021, para formação do capital regulatório estabelecido pela Agência Nacional de Saúde (ANS), com o objetivo de garantir a cobertura aos seus beneficiários.

	Petrobras	Petros	APS	FIDC-NP	Petronect	Copenor	31.12.2024 Total	31.12.2023 Total
Passivo								
Fornecedores								
Compartilhamento de Custos e Despesas - CCCD	1.358	-	-	-	-	-	1.358	23.222
Enxofre	25.960	-	-	-	-	-	25.960	-
Outras operações	3.111	-	1.899	-	19	2.400	7.429	4.726
Contas a pagar - Redução de capital	-	-	-	-	-	-	-	150.000
Plano de pensão	-	2.733	-	-	-	-	2.733	3.770
Plano de saúde	-	-	18.738	-	-	-	18.738	20.398
Total	**30.429**	**2.733**	**20.637**	-	**19**		**56.218**	**202.116**
Circulante	30.429	236	2.044	-	19	2.400	35.127	178.191
Não circulante	-	2.497	18.593	-	-	-	21.091	23.925

	Petrobras	Petros	APS	FIDC-NP	Petronect	Copenor	2024 Total	2023 Total
Resultado								
Receita de vendas	4.971	-	-	-	-	-	4.971	15.069
CPV - Enxofre	(83.783)	-	-	-	-	-	(83.783)	
Outras receitas - Earn-out	1.968	-	-	-	-	-	1.968	
Gastos com pessoal requisitado e CCD	(19.652)	-	-	-	-	-	(19.652)	(21.045)
Resultado com pessoal cedido	9.941	-	-	-	-	-	9.941	1.762
Receitas financeiras	-	-	-	31.678	-	-	31.678	52.436
Gastos com benefícios a empregados	-	(4.605)	(8.539)	-	-	-	(13.144)	(8.935)
Variações monetárias, líquidas	(1.049)	-	-	-	-	-	(1.049)	
Total	**(87.604)**	**(4.605)**	**(8.539)**	**31.678**	-	-	**(69.070)**	**39.287**

11.2. Membros chave da administração e empregados

Remuneração

O plano de cargos e salários e de benefícios e vantagens da PBIO, bem como a legislação específica, estabelecem os critérios para todas as remunerações, atribuídas pela Companhia a seus empregados e dirigentes.

As remunerações mensais de empregados da PBIO, incluindo os ocupantes de funções gerenciais, relativas aos exercícios de 2024 e 2023, foram as seguintes:

		(Em Reais)
Remuneração do empregado	**2024**	**2023**
Menor remuneração	9.981	7.750
Remuneração media	27.790	24.255
Maior remuneração	63.139	86.948

As remunerações anuais da Diretoria Executiva da PBIO, incluindo a remuneração variável, relativas aos exercícios de 2024 e 2023, foram as seguintes:

		(Em Reais)
Remuneração do dirigente da PBIO (inclui remuneração variável)	**2024**	**2023**
Menor remuneração	863.941	1.072.207
Remuneração media	994.916	1.102.325
Maior remuneração	1.035.168	1.149.335

Na tabela abaixo, são apresentados os benefícios oferecidos aos empregados, nos exercícios de 2024 e de 2023:

Benefícios aos empregados	2024	2023
Assistências médica e odontológica	4.995	2.851
Auxílios alimentação e refeição	2.060	1.711
Auxílio creche	1.464	1.282
Auxílio transporte	271	175
Previdência complementar	4.087	3.150
Outros	390	222
Total	**13.267**	**9.391**

Adicionalmente, na tabela abaixo, são apresentados alguns indicadores do corpo funcional da Companhia:

	2024	2023
Número de empregados(as) ao final do exercício	134	140
Número de admissões durante o exercício	4	7
Número de demissões durante o exercício	11	7
Número de empregados(as) de empresas prestadoras de serviços	410	357
Número de estagiários(as)	17	14
Número de jovem aprendiz	7	4

As remunerações totais dos membros da Diretoria Executiva da PBIO têm por base as diretrizes estabelecidas pela Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (SEST), e são apresentadas a seguir:

	Diretoria Executiva	
	2024	**2023**
Salários e benefícios	3.413	3.413
Encargos sociais	854	842
Remuneração total	**4.267**	**4.255**
Número de membros	3,00	3,00
Número de membros remunerados	3,00	3,00

Em 31 de maio de 2024, a Assembleia Geral Extraordinária aprovou, dentro do limite autorizado pela SEST (Ofício SEI nº 305/2023/MGI), a remuneração global dos administradores (Diretoria Executiva) no valor de R$ 6.200, a remuneração global do Conselho Fiscal no valor de R$ 521 e a fixação dos honorários mensais dos membros do Conselho Fiscal em um décimo da remuneração média mensal dos membros da Diretoria Executiva, excluídos os valores relativos à adicional de férias e benefícios.

A remuneração média anual dos membros do Conselho Fiscal da PBIO, no exercício de 2024, foi de R$ 89 (R$ 106, considerando os encargos sociais) (em 2023, R$ 101 e R$ 117, considerando os encargos).

12. Tributos

12.1. Imposto de Renda e Contribuição Social

Tributos correntes

	Ativo circulante		Passivo Circulante	
	31.12.2024	**31.12.2023**	**31.12.2024**	**31.12.2023**
Imposto de renda	17.476	37.123	90	-
Contribuição social	151	1.844	1.856	-
Total	**17.627**	**38.967**	**1.946**	-

Os tributos sobre o lucro são calculados com base na alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável (lucro real) para Imposto de Renda de Pessoa Jurídica (IRPJ), e de 9% sobre o lucro tributável (lucro real) para Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), considerando-se a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro tributável (lucro real) do exercício.

Os tributos sobre o lucro, no ativo circulante, são créditos fiscais resultantes do processo de apuração de IRPJ e CSLL. O passivo circulante é a parcela a pagar da apuração da IR e CSLL corrente.

Reconciliação do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro

A reconciliação dos tributos apurados, conforme alíquotas nominais, e o valor dos tributos registrados estão apresentados a seguir:

	2024	2023
Lucro (prejuízo) antes dos impostos	73.142	(90.999)
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas nominais (34%)	(24.868)	30.940
Ajustes para apuração da alíquota efetiva:		
Exclusões/(Adições) permanentes, líquidas	(1.609)	1.089
Exclusões/(Adições) temporárias, líquidas	19.234	-
Outros	182	(413)
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	-	(31.616)
Imposto de renda e contribuição social	**(7.062)**	-
Imposto de renda e contribuição social correntes	(7.170)	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	108	-
Alíquota efetiva de imposto de renda e contribuição social	10%	0%

A PBIO e sua controladora, Petrobras, celebraram, em 27 de junho de 2024, um contrato de cessão de créditos de prejuízos fiscais e base de cálculo negativa da CSLL, no montante de R$ 963.947, que foram utilizados pela Petrobras, no âmbito da adesão ao Edital de Transação PGFN-RFB 6/2024.

De acordo com o contrato, a cessão para a Petrobras foi realizada pelo valor inicial de R$ 1,00 (um real), com previsão de que esse valor seja ajustado com base no desempenho futuro da PBIO, e desde que cumpridas determinadas condições. Conforme regras do contrato, o valor inicial do ajuste correspondia a R$ 100.574 e foi alterado para R$ 234.501, de forma a refletir os resultados projetados no Plano Estratégico 2025-2029, aprovado em Assembleia Geral Extraordinária.

Caso a PBIO apure lucros tributários, no período de 2024 a 2029, fará jus ao recebimento, por parte da Petrobras, dos montantes, que poderia ter deduzido caso o prejuízo fiscal e a base negativa não tivessem sido cedidos, até o limite do referido ajuste. Em 2024, a PBIO apurou lucro tributável e foi reconhecido o direito de receber o montante de R$ 1.968, em conformidade com as condições contratuais estabelecidas no contrato de cessão.

Imposto de renda e contribuição social diferidos – não circulante

	2024	2023
Saldo inicial	-	-
Reconhecido no resultado	108	-
Saldo final	**108**	-

O quadro a seguir mostra a composição e o fundamento para realização dos ativos e passivos fiscais diferidos:

Natureza	Fundamento para realização	31.12.2024	31.12.2023
Perda de crédito esperada	Baixa definitiva e reversão da provisão	3.055	-
Provisão para processos judiciais	Pagamento e reversão da provisão	1.712	-
Imobilizado - Impairment	Amortização, baixa de ativos e reversão impairment	6.903	-
Provisões de folha	Pagamento e reversão da provisão	506	-
Provisão ajuste valor realização estoque	Venda, baixa e perda	4.212	-
Provisões para PRD/PPP e PLR	Pagamento e reversão da provisão	4.173	-
Provisão atuarial	Pagamento e reversão da provisão	3.629	-
Derivativos	Liquidação financeira	(206)	-
Outras provisões	Liquidação financeira	109	-
Diferença taxa depreciação contábil x fiscal	Depreciação, amortização e baixa de ativos	(23.418)	-
Receita financeira - Depósitos judiciais	Levantamento dos recursos	(221)	-
Variação cambial	Liquidação financeira	(346)	-
Total		**108**	-
Impostos diferidos ativos		24.300	-
Impostos diferidos passivos		(24.192)	-

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001,que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

Certificado por Editora Globo SA 04067191000160 Pub: 08/04/2025

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ou pelo link
https://publicidadelegal.valor.com.br/valor/2025/04/08/BIOCOMBUSTÃ½VEL1581847408042025.pdf
Hash:17440459248f29b5fa5792418bb2e871d75815af8e

PETROBRAS

MINISTÉRIO DE **MINAS E ENERGIA**

GOVERNO FEDERAL BRASIL UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

Petrobras Biocombustível S.A.

CNPJ Nº 10.144.628/0001-14 - Empresa do Sistema Petrobras

Realização do imposto de renda e da contribuição social diferidos

	Ativo	Passivo
2025	12.055	(4.769)
2026	1.243	(4.216)
2027	1.243	(4.216)
2028	1.243	(4.216)
2029	1.243	(4.216)
2030 em diante	7.273	(2.559)
Parcela registrada contabilmente	**24.300**	**(24.192)**

Os impostos diferidos ativos tiveram reconhecimento inicial, em 2024, com base na projeção de lucro tributável, nos exercícios subsequentes, suportada pelas premissas do PE 2025-2029. A Administração considera que os créditos fiscais diferidos ativos serão realizados na proporção da realização das provisões e da resolução final dos eventos futuros, ambos baseados nas projeções do PE 2025-2029.

Prática contábil

A Companhia apura seus tributos, sobre o lucro tributável, de acordo com a legislação e as alíquotas vigentes ao final do período, que está sendo reportado. As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício são reconhecidas no resultado, a menos que estejam relacionadas a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido, compreendendo os impostos correntes e diferidos.

a) Imposto de renda e contribuição social correntes

O imposto de renda e a contribuição social correntes são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, quando existe direito, legalmente executável, para compensar os valores reconhecidos e quando há intenção de quitar, em bases líquidas, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

As incertezas sobre tratamento de tributos sobre o lucro são avaliadas periodicamente, levando em consideração a probabilidade de aceitação pela autoridade fiscal.

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

São geralmente reconhecidos sobre as diferenças temporárias apuradas entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis, e mensurados pelas alíquotas, previstas na legislação específica de serem aplicáveis no exercício, quando for realizado o ativo ou liquidado o passivo.

O ativo/passivo fiscal diferido é reconhecido para todas as diferenças temporárias dedutíveis, inclusive para prejuízos e créditos fiscais não utilizados, na medida em que seja provável a existência de lucro tributável, contra qual diferença temporária dedutível possa ser utilizada, a não ser que o ativo fiscal diferido surja do reconhecimento inicial de ativo ou passivo na transação, que não é uma combinação de negócios, e, no momento da transação, não afeta nem o lucro contábil nem o lucro tributável (prejuízo fiscal).

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são apresentados líquidos, quando existe direito legalmente executável à compensação dos ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes, e os ativos fiscais diferidos e os passivos fiscais diferidos estão relacionados com tributos sobre o lucro lançados, pela mesma autoridade tributária, na mesma entidade tributável ou nas entidades tributáveis diferentes, que pretendem liquidar os passivos e os ativos fiscais correntes, em bases líquidas, ou realizar os ativos e liquidar os passivos, simultaneamente, em cada período futuro, no qual se espera que valores significativos dos ativos ou passivos fiscais diferidos sejam liquidados ou recuperados.

12.2. Demais impostos e contribuições

	Ativo Circulante		Ativo não Circulante		Passivo Circulante	
	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023
Imposto de renda retido na fonte	-	-	-	-	2.076	1.589
ICMS	71.918	82.898	283	377	-	-
PIS e COFINS	99.507	91.078	17.748	33.596	1.576	-
IPI	1.239	1.251	-	-	-	-
Outros	645	602	-	-	928	9
Subtotal	173.309	175.829	18.031	33.973	4.580	1.598
Provisão para perdas - ICMS	-	-	-	-	-	-
Provisão para perdas - PIS e COFINS	-	(48.195)	-	-	-	-
Subtotal	-	(48.195)	-	-	-	-
Total	**173.309**	**127.634**	**18.031**	**33.973**	**4.580**	**1.598**

Em 2021, a Companhia registrou provisão para perdas de R$ 92.837, de PIS e COFINS, e R$ 24.423, de ICMS. Em 2023, a Companhia reverteu parcela de R$ 44.642, da provisão de PIS e COFINS, correspondente aos créditos tributários compensados naquele exercício. Para o ICMS, a reversão da provisão foi total (R$ 24.423), considerando o consumo de créditos de ICMS, ocorrido nesse exercício.

Em 2024, após a reversão da parcela R$ 8.910, da provisão de PIS e COFINS, decorrente de consumo de créditos nas operações da Companhia, a Administração decidiu pela reversão do saldo remanescente de provisão, tendo como base o início da operação de enxofre (nota explicativa 1.2) e as análises de recuperabilidade de créditos indicarem a perspectiva de aproveitamento total dos créditos.

13. Benefícios a empregados

São todas as formas de compensação, proporcionadas pela Companhia, em troca de serviços prestados pelos seus empregados ou pela rescisão do contrato de trabalho. Tais benefícios incluem salários, benefícios pós-emprego, rescisórios e outros benefícios.

Passivo	31.12.2024	31.12.2023
Benefícios de curto prazo	22.633	20.094
Benefícios pós-emprego	21.471	24.167
Total	**44.104**	**44.261**
Circulante	23.013	20.336
Não Circulante	21.091	23.925

13.1. Benefícios de Curto Prazo

Passivo	31.12.2024	31.12.2023
Provisão de férias e 13º salário	8.234	6.607
Salários, encargos e outras provisões	13.971	2.983
Abono a empregados	142	10.408
Programa de remuneração variável empregados	286	96
Total	**22.633**	**20.094**

A Companhia reconheceu na demonstração do resultado os seguintes valores:

Despesas na demonstração de resultadº	2024	2023
Salários, férias, 13º salário, encargos sobre provisões e outros	(53.669)	(21.290)
Programa de remuneração variável (reversão)	(11.321)	96
Total	**(64.990)**	**(21.194)**

(i) Os honorários e encargos dos Diretores estão apresentados na nota explicativa 12.2.

13.1.1. Remuneração variável

Programa de Remuneração Variável

Em 31 de maio de 2024, a Assembleia Geral Extraordinária (AGE) aprovou, dentro do limite autorizado pela SEST (Ofício SEI nº 103/2024/MGI), o Programa de Remuneração Variável (RVA-2024) para os Dirigentes da Companhia. Os critérios aprovados seguiram os moldes do modelo determinado pela Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (SEST), quais sejam:

- EBITDA positivo (exercício de 2024); e
- O volume de vazamentos não ultrapassar o limite máximo aceitável de 0,00 m³ (zero metros cúbicos), para o exercício de 2024. A Identidade do indicador de vazamento, considera, como VAZO, o volume de óleo (petróleo e derivados, inclusive petroquímicos) liberado para o meio ambiente (em corpos hídricos e em solo não impermeabilizado), em ocorrências com volume maior que 0,159m³, mesmo que totalmente recuperado.
- O pagamento de valores, a título de remuneração variável aos membros da Diretoria Executiva, está condicionado ao pagamento de remuneração variável aos empregados da Companhia.

Caso algum dos pré-requisitos mencionados acima não seja atingido, o Programa não será acionado, ou seja, não haverá pagamento dessa remuneração.

O programa de RVA-2023 da Diretoria Executiva da Companhia não foi acionado, pois não cumpriu o requisito de aumento no EBITDA, equivalente a três vezes o custo do programa, e EBITDA positivo, no exercício de 2023, além do não cumprimento de outros critérios estabelecidos para acionamento do programa.

13.2. Benefícios pós emprego

Os saldos relativos a benefícios pós-emprego, concedidos a empregados, estão representados a seguir:

Passivo	31.12.2024	31.12.2023
Plano de Saúde - Saúde Petrobras	18.738	20.398
Plano de Pensão Petros 2 (PP2)	2.733	3.770
Total	**21.471**	**24.168**
Circulante	380	243
Não Circulante	21.091	23.925

13.2.1. Natureza e riscos associados aos planos de benefícios definidos

Plano de saúde

O Plano de saúde, nomeado "Saúde Petrobras", é administrado pela Associação Petrobras de Saúde (APS), associação civil, sem fins lucrativos, e inclui programas de prevenção e assistência à saúde. O plano cobre todos os empregados atuais e aposentados, e está aberto a novos empregados.

O plano está exposto principalmente ao risco de aumento dos custos médicos, devido à inflação, novas tecnologias, novos tipos de cobertura e a um maior nível de utilização de benefícios médicos. A Companhia aprimora continuamente a qualidade de seus processos técnicos e administrativos, bem como dos programas de saúde, oferecidos aos beneficiários, a fim de mitigar esse risco.

Os empregados e os aposentados realizam contribuições fixas mensais, para cobertura de procedimentos de alto risco, e contribuições variáveis, para parcela do custo dos demais procedimentos, ambas com base nas tabelas de contribuição do plano, que são definidas com base em determinados parâmetros, como o salário e níveis de idade. O plano contempla também o acesso a uma ampla lista de medicamentos, com subsídio parcial ou integral. Esse programa é destinado principalmente às pessoas em tratamento de doenças crônicas priorizadas pela Organização Mundial de Saúde (OMS) e Ministério da Saúde, doenças psiquiátricas e doenças neurológicas. O Benefício Farmácia oferece três modalidades de atendimento: aquisição nas farmácias credenciadas, com pagamento do valor da coparticipação, por reembolso ou *delivery*.

O pagamento dos benefícios é efetuado, pela Companhia, com base nos custos incorridos pelos participantes. A participação financeira da Companhia e dos beneficiários nas despesas é estabelecida no acordo coletivo de trabalho (ACT), sendo, atualmente, 70% (setenta por cento) pela Companhia e 30% (trinta por cento) pelos participantes.

Revisão intermediária do plano de saúde

A revisão intermediária, ocorrida 2º trimestre de 2024, resultou numa redução de passivo de R$ 3.194, em contrapartida de : (i) R$ 2.861, como resultado negativo, pelo custo do serviço passado, decorrente da alteração do benefício; e (ii) R$ 6.055 de ganho em outros resultados abrangentes, no patrimônio líquido, pela revisão das premissas atuariais, principalmente pelo aumento da taxa real de desconto, aplicada sobre os passivos dos planos de 6,48% e 5,45% (de 30 de junho de 2024 e 31 de dezembro de 2023, respectivamente); e pela redução da variação dos custos médico hospitalares — VCMH de 12,70% e 13,11% (de 30 de junho de 2024 e 31 dezembro de 2023, respectivamente).

As demais premissas atuariais, utilizadas para a realização da avaliação atuarial intermediária, comparadas com as adotadas na avaliação atuarial de dezembro de 2023, não sofreram atualizações.

Revisão anual do plano de saúde

Em 31 de dezembro de 2024, o passivo foi remensurado com as premissas atuariais vigentes, cujo resultado está demonstrado no quadro (a) do item 13.2.2 — Valores nas demonstrações financeiras relacionadas a planos de benefícios definidos.

Plano de pensão – PP2

O plano de pensão PP2 é administrado pela Fundação Petros, que foi constituída como uma entidade jurídica sem fins lucrativos, de direito privado, com autonomia administrativa e financeira.

O plano de pensão é regulado pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPC), que contempla todas as diretrizes e procedimentos a serem adotados, pelos planos, para sua gestão e relacionamento com as partes interessadas.

A Petros realiza, periodicamente, avaliações dos planos, em cumprimento à norma vigente de previdência complementar e, quando aplicável, estabelece medidas, com objetivo de oferecer sustentabilidade ao plano.

Os planos de pensão complementam a renda de seus participantes, durante a aposentadoria, além de garantir uma pensão por morte aos seus beneficiários. O benefício consiste em uma renda mensal, complementar ao benefício concedido pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

A tabela, a seguir, fornece outras características desse plano:

	Plano de Pensão - Petros 2 (PP2)
Modalidade	Contribuição Variável (parcela BD + parcela CD)
Participantes do plano	O Plano foi implementado em 2012, abrangendo os empregados, sem assunção do serviço passado.
Novas inscrições	Aberto
Pagamentos de aposentadoria	Pagamentos mensais de benefício, definido ao longo da vida, ou pagamentos mensais de benefício, não definido de acordo com a opção exercida pelo participante.
Outros benefícios gerais	Benefício global por morte (capital segurado) e pagamentos mensais, relacionados aos seguintes eventos: morte, invalidez, doença e reclusão.
Indexação de pagamentos de aposentadoria pelo plano	Pagamentos mensais vitalícios, atualizados com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). Pagamentos mensais de benefício, não definido: com base na variação da cota de conta individual.
Contribuições paritárias feitas pelos participantes e pela Companhia aos planos	É composto por: i) contribuições normais, que cobrem o custo esperado dos planos a longo prazo; e ii) contribuições extraordinárias, que cobrem custos adicionais, em caso de surgimento de apuração de déficit, conforme previsto no regulamento, para a parcela de benefício definido do plano.

Revisão anual dos planos de pensão

Em 31 de dezembro de 2024, os passivos foram remensurados com as premissas atuariais vigentes, cujos resultados estão demonstrados no quadro (a) do item 13.2.2 — Valores nas demonstrações financeiras relacionadas a planos de benefícios definidos.

13.2.2. Valores, nas demonstrações financeiras da PBIO, relacionados aos planos de benefícios definidos

a) Movimentação das obrigações reconhecidas no balanço patrimonial

Representa a obrigação da Companhia, líquida dos ativos garantidores e descontada a valor presente, calculada de acordo com a metodologia estabelecida no CPC 33 (R1) — Benefícios a Empregados —, que diverge das práticas contábeis e atuariais adotadas pelos fundos de pensão, regulados pelo CNPC.

Informações sobre as variações das principais premissas, aplicadas à revisão atuarial, estão dispostas no quadro da nota 13.2.5 — Incertezas de mensuração associadas à obrigação de benefício definido.

A movimentação das obrigações com planos de pensão e saúde, com característica de benefício definido, está representada a seguir:

	2024			2023		
	Plano de Pensão - PP2	Plano de Saúde - AMS Saúde Petrobras	Total	Plano de Pensão - PP2	Plano de Saúde - AMS Saúde Petrobras	Total
Valores reconhecidos no balanço patrimonial						
Valor presente das obrigações (VPO)	5.723	18.738	24.460	7.049	20.398	27.447
Valor Justo dos Ativos do Plano (VJA)	(2.990)	-	(2.990)	(3.279)	-	(3.279)
Passivo atuarial líquido em 31 de dezembro	**2.733**	**18.738**	**21.471**	**3.770**	**20.398**	**24.168**
Movimentação do passivo atuarial líquido						
Saldo em 1º de janeiro	**3.770**	**20.398**	**24.168**	**2.719**	**11.269**	**13.988**
Reconhecido no resultado - custeio e despesas	517	8.174	8.692	574	3.460	4.034
Custo do serviço corrente	178	6.119	6.297	249	2.114	2.363
Custo dos juros líquidos	339	2.055	2.395	325	1.346	1.671
Reconhecido no PL - outros resultados abrangentes	(1.339)	(8.991)	(10.330)	664	5.779	6.443
Efeitos da remensuração reconhecidos em ORA	(1.339)	(8.991)	(10.330)	664	5.779	6.443
Efeito caixa	(215)	(843)	(1.058)	(186)	(110)	(296)
Pagamento de contribuições	(215)	(843)	(1.058)	(186)	(110)	(296)
Saldo do passivo atuarial em 31 de dezembro	**2.733**	**18.738**	**21.471**	**3.770**	**20.398**	**24.168**

b) Movimentação do valor presente da obrigação (VPO)

	2024			2023		
	Plano de Pensão - PP2	Plano de Saúde - AMS Saúde Petrobras	Total	Plano de Pensão - PP2	Plano de Saúde - AMS Saúde Petrobras	Total
Movimentação						
Valor presente das obrigações no início do exercício	**7.049**	**20.398**	**27.447**	**3.491**	**11.269**	**14.760**
Reconhecido no resultado	**839**	**8.174**	**9.013**	**661**	**3.460**	**4.121**
Custo dos juros	661	2.055	2.716	413	1.346	1.758
Custo do serviço	178	6.119	6.297	249	2.114	2.363
Reconhecido no PL - outros resultados abrangentes	**(2.173)**	**(8.991)**	**(11.164)**	**3.213**	**5.779**	**8.992**
Remensuração: (Ganhos)/Perdas atuariais - experiência	4.085	(2.516)	1.569	826	(1.103)	(276)
Remensuração: (Ganhos)/Perdas atuariais - hipóteses demográficas	575	(133)	442	(4)	26	22
Remensuração: (Ganhos)/Perdas atuariais - hipóteses financeiras	(6.833)	(6.342)	(13.175)	2.390	6.856	9.246
Outros	**8**	**(843)**	**(835)**	**(316)**	**(110)**	**(427)**
Benefícios pagos, líquidos de contribuições de assistidos	(272)	(843)	(1.115)	(468)	(110)	(578)
Contribuições de participantes	280	-	280	151	-	151
Valor presente das obrigações no final do exercício	**5.723**	**18.738**	**24.461**	**7.049**	**20.398**	**27.447**

c) Movimentação do valor justo dos ativos (VJA)

	2024			2023		
	Plano de Pensão - PP2	Plano de Saúde - AMS Saúde Petrobras (i)	Total	Plano de Pensão - PP2	Plano de Saúde - AMS Saúde Petrobras (i)	Total
Movimentação						
Valor justo dos ativos do plano no início do exercício	**(3.279)**	**-**	**(3.279)**	**(772)**	**-**	**(772)**
Reconhecido no resultado - custeio e despesas	**(322)**	**-**	**(322)**	**(87)**	**-**	**(87)**
Receita de juros	(322)	-	(322)	(87)	-	(87)
Reconhecido no PL - outros resultados abrangentes	**834**	**-**	**834**	**(2.549)**	**-**	**(2.549)**
Remensuração: Retorno sobre os ativos maior/(menor) que a taxa de desconto	834	-	834	(2.549)	-	(2.549)
Efeito caixa	**(215)**	**-**	**(215)**	**(186)**	**-**	**(186)**
Contribuições pagas pela Companhia	(215)		(215)	(186)		(186)
Outros movimentos	**(8)**	**-**	**(8)**	**316**	**-**	**316**
Benefícios pagos, líquidos de contribuições de assistidos	272	-	272	468	-	468
Contribuições de participantes	(280)	-	(280)	(151)	-	(151)
Valor justo dos ativos no final do exercício	**(2.989)**	**-**	**(2.989)**	**(3.279)**	**-**	**(3.279)**

(i) Para o plano de saúde não há ativo garantidor.

13.2.3. Contribuições

O Plano Petros 2 possui uma parcela com característica de contribuição definida, cujos pagamentos são reconhecidos no resultado. Em 2024, a contribuição da Companhia, para a parcela de contribuição definida do Plano Petros 2, foi de R$ 4.087 (R$ 3.106, em 2023).

As contribuições esperadas da Companhia, para o ano de 2025, são de R$ 3.199, referente à parcela de contribuição definida.

A parcela da contribuição com característica de benefício definido do PP2 (Risco e Garantias Mínimas), que estava suspensa, desde julho de 2012, foi restabelecida, em abril de 2023, conforme decisão do Conselho Deliberativo da Petros. Dessa forma, uma parcela da contribuição mensal passou a ser novamente destinada à cobertura de risco (pagamento dos benefícios de Auxílio-Doença, Auxílio-Reclusão, Pecúlio por Morte e as Garantias Mínimas) e reduzindo o saldo da obrigação atuarial, conforme as contribuições são efetuadas.

13.2.4. Fluxos de caixa esperados

A estimativa, abaixo, reflete apenas os fluxos de caixa futuros, esperados para cumprir a obrigação de benefício definido, reconhecida no final do exercício social de 31 de dezembro de 2024.

Perfil do vencimento do valor presente das obrigações	Plano de Pensão PP2	Plano de Saúde - AMS Saúde Petrobras Total	2024 Total	2023
Até 1 ano	371	144	515	370
De 1 a 5 anos	1.596	1.131	2.727	1.931
de 6 a 10 anos	1.146	2.012	3.158	2.562
De 11 a 15 anos	805	2.420	3.225	2.866
Acima de 15 anos	1.805	13.031	14.836	19.718
	5.723	**18.738**	**24.461**	**27.447**

13.2.5 Incertezas de mensuração associadas à obrigação de benefício definido

As premissas atuariais financeiras e demográficas significativas, usadas para determinar a obrigação de benefício definido, são apresentadas na tabela abaixo:

	2024		2023	
	Plano de Pensão - PP2	Plano de Saúde - AMS Saúde Petrobras	Plano de Pensão - PP2	Plano de Saúde - AMS Saúde Petrobras
Taxa nominal de desconto nominal (Real + Inflação) (1)	12,95%	12,93%	9,56%	9,56%
Taxa real de desconto	7,48%	7,46%	5,45%	n/a
Taxa de crescimento salarial nominal (Real + Inflação) (2)	8,72%	n/a	7,07%	n/a
Taxa de variação de custos médicos e hospitalares	n/a	13,69% a 3,25%	n/a	13,11% a 3,75%
Tábua de mortalidade geral	AT-2012, feminina, desagravada em 10%	Ativos: De acordo com plano de aposentaria. Assist: (PP2) AT-2012, feminina, suavizada em 10%	AT-2012, feminina, suavizada em 10%	Ativos: De acordo com plano de aposentadoria. Assistidos: EX-PETROS 2013
Tábua de entrada em invalidez	Experiência Invalidez PP-2 2022	Experiência Invalidez PP-2 2022	Experiência Invalidez PP-2 2022	Experiência Invalidez PP-2 2022
Tábua de mortalidade de inválidos	MI-85, masculina, desagravada em 10%	MI-85, masculina, desagravada em 10%	IAPB-57 forte, suavizada em 30%	AT-49 masculina
Idade de entrada na aposentadoria	1ª elegibilidade	Masculino: 57 anos Feminino: 56 anos	1ª elegibilidade	Masculino: 56 anos Feminino: 55 anos

(1) Curva de inflação sendo projetada com base no mercado em 5,09% para 2024 e atingindo 3,25% de 2031 em diante.
(2) Taxa de crescimento salarial baseado no plano de cargos e salários.

13.2.6. Análise de sensibilidade dos planos de benefícios definidos

O efeito de uma mudança de 1 p.p., na taxa de desconto assumida e na taxa de variação do custo médico, está estabelecido, conforme abaixo:

	Taxa de desconto				Taxa de variação de custos médicos e hospitalares	
	Pensão		Saúde		Saúde	
	+ 1 p.p.	- 1 p.p.	+ 1 p.p.	- 1 p.p.	+ 1 p.p.	- 1 p.p.
Obrigação actuarial	(806)	2.090	(3.305)	4.324	4.609	(3.643)
Custo do serviço e juros	(57)	198	(766)	970	1.314	(1.039)

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001,que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

Certificado por Editora Globo SA 04067191000160 Pub: 08/04/2025

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ou pelo link

https://publicidadelegal.valor.com.br/valor/2025/04/08/BIOCOMBUSTÃ½VEL1581847408042025.pdf

Hash:17440459248f29b5fa5792418bb2e871d75815af8e

PETROBRAS

MINISTÉRIO DE
MINAS E ENERGIA

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

Petrobras Biocombustível S.A.

CNPJ Nº 10.144.628/0001-14 - Empresa do Sistema Petrobras

Prática contábil

As obrigações, com os planos de benefícios definidos de pensão e aposentadoria e os de assistência médica, são provisionadas com base em cálculo atuarial, elaborado anualmente por atuário independente, de acordo com o método da unidade de crédito projetada, líquido dos ativos garantidores do plano, quando aplicável.

O método da unidade de crédito projetada considera cada período de serviço como fato gerador de uma unidade adicional de benefício, que são acumuladas para o cômputo da obrigação final, e considera determinadas premissas atuariais, que incluem: estimativas demográficas e econômicas, estimativas dos custos médicos, bem como dados históricos sobre as despesas e contribuições dos empregados.

O custo do serviço é reconhecido no resultado e compreende: i) custo do serviço corrente, que é o aumento no valor presente da obrigação de benefício definido, resultante do serviço prestado pelo empregado, no período corrente; ii) custo do serviço passado, que é a variação no valor presente da obrigação de benefício definido, por serviço prestado por empregados em períodos anteriores, resultante de alteração (introdução, mudanças ou o cancelamento de um plano de benefício definido) ou de redução (uma redução significativa, pela entidade, no número de empregados cobertos por um plano); e iii) qualquer ganho ou perda na liquidação (*settlement*).

Juros líquidos sobre o valor líquido de passivo de benefício definido é a mudança, durante o período, no valor líquido de passivo de benefício definido, resultante da passagem do tempo. Tais juros são reconhecidos no resultado.

Remensurações do valor líquido de passivo de benefício definido são reconhecidos no patrimônio líquido, em outros resultados abrangentes, e compreendem: i) ganhos e perdas atuariais e ii) retorno sobre os ativos do plano, excluindo valores considerados nos juros líquidos sobre o valor líquido de passivo, líquido do ativo de benefício definido.

A Companhia também contribui para planos de contribuição definida, de forma paritária ao valor da contribuição normal do empregado, sendo essas contribuições levadas ao resultado, quando incorridas.

14. Patrimônio Líquido

14.1. Capital social realizado

Em 31 de dezembro de 2024, o capital social, subscrito e integralizado, no valor de R$ 771.160 (em 31 de dezembro de 2023 - R$ 3.596.670), está representado por 77.116.046 ações ordinárias sem valor nominal (em 31 de dezembro de 2023 – 359.666.989), todas escriturais, com direito a voto e pertencentes ao acionista controlador — Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobras).

Redução de capital

Em Assembleia Geral Extraordinária ("AGE"), de 23 de dezembro de 2024, o Acionista aprovou a redução do capital social, no montante de R$ 2.825.510, com absorção integral do saldo de Prejuízos, acumulados em 31 de dezembro de 2023, e cancelamento de 282.550.943 ações, sem alteração do patrimônio líquido da Companhia.

14.2. Reservas de lucros

Reserva legal

Constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício, em conformidade com o artigo 193 da Lei das Sociedades por Ações, até o limite de 20% do capital social. O saldo desta reserva atingiu R$ 3.304, em 31 de dezembro de 2024 (em 2023, não havia valor, em função do saldo de prejuízos acumulados).

Reserva de incentivos fiscais

Constituída mediante destinação de parcela do resultado do exercício, equivalente aos incentivos fiscais, decorrentes de doações ou subvenções governamentais, em conformidade com o artigo 195-A da Lei das Sociedades por Ações. Essa reserva somente poderá ser utilizada para absorção de prejuízos ou aumento de capital.

A PBIO usufruiu subvenções de ICMS, no estado da Bahia, por meio de adesão ao Programa de Desenvolvimento Industrial e de Integração do Estado da Bahia — DESENVOLVE —, ao longo dos exercícios de 2012 e 2022, no total de R$ 134.196. E também no Estado de Minas Gerais, por meio de regime especial, entre os exercícios de 2013 e 2018, no total de R$ 13.366. Adicionalmente, no âmbito da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), obteve direito ao benefício de redução do IR, no ano de 2024, no montante de R$ 4.133.

A Companhia, até 31 de dezembro de 2023, apresentava Prejuízos Acumulados. Desse modo, a partir da redução de capital, com utilização desses Prejuízos Acumulados, a reserva, referente às subvenções usufruídas pela PBIO, foi constituída, em 2024, no valor de R$ 62.776. Uma vez que o lucro líquido de 2024 é menor que o total das subvenções, que atingiu R$ 151.695, o saldo da Reserva de incentivos fiscais será complementado, até o limite do total de subvenções usufruídas, à medida em que novos lucros sejam auferidos em exercícios futuros.

14.3. Resultado por ação

	2024	2023
Lucro (prejuízo) líquido atribuível aos acionistas	66.080	(90.999)
Quantidade de ações	350.403.024	372.735.482
Lucro (prejuízo) líquido básico e diluído por ação (em R$)	0,19	(0,24)

O resultado por ação básico é calculado dividindo-se o resultado do exercício, atribuído ao acionista da Companhia, pela média ponderada da quantidade de ações.

Os resultados apurados, básico e diluído, apresentam o mesmo valor por ação, em virtude de a PBIO não possuir ações potenciais, com efeito de diluição.

14.4. Outros resultados abrangentes

A Companhia reconhece perdas e/ou ganhos, anualmente, pela remensuração dos seus planos de pensão e assistência médica.

Em 2024, a Companhia reconheceu ganho de R$ 10.330 (perda de R$ 6.443, em 2023), com remensuração dos seus planos de pensão e assistência médica, conforme mencionado na nota explicativa 13.2.2.

15. Receita de vendas

	2024	2023
Receita bruta de vendas	1.484.842	512.293
Encargos de vendas	(214.403)	(46.373)
Créditos presumidos	34.223	14.436
Receita de vendas	**1.304.662**	**480.356**
Biodiesel	1.015.309	420.096
Enxofre	203.956	-
Glicerina Bruta	22.138	8.352
Coco seco	3.117	4.074
Grão de Mamona	38.793	23.705
Ácido Graxo	3.358	4.167
Sebo bovino	3.613	-
CBIOs	5.834	6.652
Óleo de soja tratado	-	12.064
Óleo mineral agrícola	3.785	-
Outros	4.759	1.246
Receita de vendas	**1.304.662**	**480.356**

O aumento na receita se deve ao aumento de comercialização de biodiesel e às operações de enxofre, iniciadas em fevereiro de 2024, conforme já mencionado na nota explicativa 1.2.

Prática contábil

A Companhia avalia os contratos com clientes, que serão objeto de reconhecimento de receitas, e identifica os bens e serviços distintos, prometidos em cada um deles.

São consideradas obrigações de performance, as promessas de transferir ao cliente bem ou serviço (ou grupo de bens ou serviços), que seja distinto, ou uma série de bens ou serviços distintos, que sejam substancialmente os mesmos e que tenham o mesmo padrão de transferência para o cliente.

A Companhia mensura a receita pelo valor da contraprestação à qual espera ter direito em troca das transferências dos bens ou serviços prometidos ao cliente, excluindo quantias cobradas em nome de terceiros. Os preços das transações têm como base preços declarados em contratos, os quais refletem metodologias e políticas de preços da Companhia, baseadas em parâmetros de mercados.

Ao transferir um bem, ou seja, quando o cliente obtém o controle desse, a Companhia satisfaz a obrigação de performance e reconhece a respectiva receita, o que geralmente ocorre em momentos específicos no tempo, no ato da entrega do produto.

16. Custos e despesas por natureza

16.1. Custos dos produtos vendidos

	2024	2023
Matérias-primas, produtos para revenda, materiais, serviços contratados e outros (i)	(1.143.503)	(497.950)
Depreciação e amortização	(26.345)	(25.676)
Gastos com pessoal	(37.362)	(27.824)
CBIOs	(12.070)	(5.674)
Total	**(1.219.280)**	**(557.124)**

(i) inclui variação de estoques.

16.2. Despesas de vendas

	2024	2023
Gastos com pessoal	(7.252)	(6.131)
Reversão (perdas) de créditos esperadas	(44)	(521)
Serviços contratados, fretes, aluguéis, encargos gerais e outros	(15.830)	(2.618)
Total	**(23.126)**	**(9.270)**

16.3. Despesas gerais e administrativas

	2024	2023
Serviços contratados, fretes, aluguéis, encargos gerais e outros	(27.294)	(29.402)
Gastos com pessoal	(38.861)	(35.819)
Depreciação e amortização	(261)	(179)
Total	**(66.416)**	**(65.400)**

17. Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

	2024	2023
Resultado com derivativos de commodities (nota explicativa 20.2)	(5.435)	(3.172)
Multas aplicadas a fornecedores	2.357	1.273
Emissões de créditos de descarbonização - CBIOs	14.264	11.288
Incentivos fiscais	4.133	-
Gastos com ociosidade (i)	(13.383)	(59.927)
Reversão de (provisão) para perdas com processos judiciais e administrativos	1.945	(4.038)
Reversão de provisão para perdas de créditos fiscais (nota explicativa 12.2)	48.195	69.495
Programa de remuneração variável	(11.131)	-
Indenização por perdas - Desinvestimento BBB	(1.299)	(1.359)
Reversão de provisão para perdas com processos judiciais de desinvestimentos	2.161	767
(Provisão)/reversão de perdas de créditos esperadas	(1.197)	661
Receita com indenização - Desinvestimento BSBIOS (ii)	6.333	16.502
Abono a empregados	(142)	(10.858)
Outras	(2.839)	(4.363)
Total	**43.962**	**16.268**

(i) Menor ociosidade no período, decorrente do aumento de produção de biodiesel, conforme nota explicativa 1.2;
(ii) Valores relativos às superveniências ativas, recebidas da BSBIOS (atual Be8), previstos no contrato de compra e venda de ações;

18. Processos judiciais e contingências

18.1. Processos judiciais provisionados

A Companhia constitui provisões em montante suficiente para cobrir as perdas consideradas prováveis e para as quais uma estimativa confiável possa ser realizada. As principais ações se referem à:

- Processos trabalhistas, destacando-se: reclamação trabalhista sobre pagamento de repouso remunerado, em decorrência da repercussão de horas extras, movida por sindicato de MG.
- Processos fiscais, destacando-se: ICMS — Diferença do DIFAL de máquinas e equipamentos, movida pelo estado da Bahia; e
- Processos cíveis, destacando-se: ação monitória movida por pessoa física, em que alega ser credor da PBIO, por ter prestado serviço em cooperativa que tinha relacionamento com a Companhia.

Os valores provisionados são os seguintes:

Passivo não circulante	31.12.2024	31.12.2023
Processos trabalhistas	3.247	5.070
Processos fiscais	167	160
Processos cíveis	50	179
Total	**3.464**	**5.409**

A movimentação dos saldos de valores provisionados está apresentada a seguir:

	2024	2023
Saldo inicial	5.409	1.371
Adição, líquida de reversão	(1.765)	3.690
Utilização	(385)	(1)
Atualização	205	348
Saldo final	**3.464**	**5.409**

Na preparação das demonstrações financeiras do exercício de 2024, a Companhia considerou todas as informações disponíveis, relativas aos processos em que é parte envolvida, para realizar as estimativas dos valores das obrigações e a probabilidade de saída de recursos.

18.2. Contencioso decorrente da venda de ativos

Em 2021, a Companhia concluiu a venda de suas participações societárias. Os contratos de compra e venda de ações (CCVA) de antigas participações da Companhia estabeleceram compromissos relacionados às eventuais perdas com processos judiciais que estavam em curso, por ocasião das respectivas vendas de participações. A seguir, são apresentadas informações acerca do contencioso das antigas participações:

18.2.1. BSBios Indústria e Comércio de Biodiesel Sul Brasil S/A (BSBios) – Atual Be8 S.A

Pela venda da participação na BSBios, a compradora mantém R$ 75.913 (R$ 69.566, em 31 de dezembro de 2023) depositados em conta vinculada (*escrow*). Os recursos, mantidos nessa conta, visam cobrir indenizações de eventuais contingências estabelecidas no CCVA, que são liberados para a PBIO, conforme prazo e condições estabelecidas nesse contrato, desde que os valores das contingências não superem os montantes depositados na conta vinculada. Dada a incerteza do recebimento desses recursos, a Companhia somente os reconhece quando do seu efetivo recebimento ou à medida em que possam ser classificados como praticamente certos, com valor e tempo de recebimento, confiavelmente definidos.

Em 31 de dezembro de 2024, os processos judiciais classificados como perda provável e possível, que estão vinculados ao CCVA de venda participação, somam R$ 1.297 e R$ 149.055, respectivamente (R$ 1.141 e R$ 128.912, em 31 de dezembro de 2023). Como os valores das perdas prováveis estão abaixo do saldo da conta vinculada, não foi realizada nenhuma provisão adicional.

18.2.2. Belém Bioenergia Brasil S.A. ("BBB")

Conforme previsto em contrato de compra e venda de ações (CCVA) dessa participação, a PBIO, por ser responsável pela indenização de 50% das perdas sofridas pela desinvestida em determinados processos judiciais estabelecidos nesse CCVA, constituiu provisão para perdas prováveis de R$ 1.571, em 31 de dezembro de 2024 (R$ 3.732, em 31 de dezembro de 2023). Já as perdas possíveis somam, em 31 de dezembro de 2024, R$ 13.074 (em 31 de dezembro de 2023, R$ 13.446).

18.3. Depósitos judiciais

Os depósitos judiciais são apresentados de acordo com a natureza das correspondentes causas:

Ativo não circulante	31.12.2024	31.12.2023
Trabalhistas	3.335	2.655
Fiscais	22	20
Total	**3.357**	**2.675**

	2024	2023
Saldo inicial	2.675	3.382
Adição, líquida de reversão	437	360
Utilização	(10)	(1.003)
Atualização financeira	255	(65)
Saldo final	**3.357**	**2.675**

18.4. Processos judiciais não provisionados

Os processos judiciais, que constituem obrigações presentes, cuja saída de recursos não é provável ou para a qual não seja possível fazer uma estimativa suficientemente confiável do valor da obrigação, bem como aqueles que não constituem obrigações presentes, não são reconhecidos, mas são divulgados, a menos que seja remota a possibilidade de saída de recursos.

Os passivos contingentes, acrescidos de juros e atualização monetária, estimados para os processos judiciais, em 31 de dezembro de 2024 e 2023, cuja probabilidade de perda é considerada possível, são apresentados na tabela a seguir:

Natureza	31.12.2024	31.12.2023
Trabalhistas	10.229	12.243
Fiscais	438.973	536.099
Cíveis	551	492
Ambientais	47	40
Total	**449.800**	**548.874**

18.4.1. Composição dos processos judiciais não provisionados

Os quadros, a seguir, detalham as principais causas de natureza fiscal, trabalhista, cível e ambiental, cujas expectativas de perdas estão classificadas como possível.

Descrição dos processos de natureza trabalhista	Estimativa 2024	Estimativa 2023
Autor: Sindipetro MG e BA		
1) Reclamação trabalhista sobre cálculo de remuneração - Complemento de Remuneração Mínima Por Nível e Regime (RMNR). Reclamante alega dedução ilegal da parcela convencional, intitulada RMNR, deduzindo do valor dessa parcela outras parcelas salariais, como adicional trabalho noturno (ATN) e outros.		
Situação atual: O Supremo Tribunal Federal (STF), acolhendo recurso da Petrobras, reconheceu, em março de 2024, que a fórmula de cálculo utilizada pela Companhia é válida e está conforme o negociado entre as partes, revertendo a decisão do Tribunal Superior do Trabalho (TST), que havia estabelecido critério diverso e firmado entendimento parcialmente contrário à Companhia. Como existiam várias ações judiciais em diversas fases processuais, a empresa acompanha a tramitação dos respectivos processos e promove os ajustes necessários nos valores e expectativas desse contencioso, de acordo com as decisões, que aplicam o precedente do STF. Em 2024, a redução se refere, em especial, a baixas de valores e transferências para perda remota, decorrentes de decisões favoráveis à Companhia, que aplicaram o precedente do STF.	84	5.219
Autor: Sindipetro MG		
2) Reclamação trabalhista, envolvendo Repouso Salarial Remunerado (RSR) - Requerendo o direito de ter o RSR pago, em decorrência da repercussão das horas extras, calculados pelos dias efetivamente trabalhados e os dias de efetivo descanso.		
Decisão desfavorável. Homologação de laudo, com respectiva apresentação de impugnação pela PBIO. Em maio/24 apresentada petição sobre esclarecimentos à perita. Situação atual: Aguardando manifestação Sindical.	9.331	5.387
3) Processos diversos de natureza trabalhista	814	1.637
Total de processos de natureza trabalhista	**10.229**	**12.243**

Descrição dos processos de natureza cível	Estimativa 2024	Estimativa 2023
Autor: Sampacooper Cooperativa de Transportes		
1) Ação de cobrança em que parte autora sustenta que a PBIO teria retido indevidamente um valor referente aos serviços de transportes prestados e não pagos, entre dezembro de 2013 e maio de 2014.		
Situação atual: O processo encontra-se "concluso para despacho", desde abril de 2024, após cancelamento da audiência.	547	488
2) Processos diversos de natureza cível	4	4
Total de processos de natureza cível	**551**	**492**

Descrição dos processos de natureza fiscal	Estimativa 2024	Estimativa 2023
Autor: Estado de Minas Gerais – MG		
1) Auto de Infração lavrado pela SEFAZ/MG em face da PBIO e demais responsáveis solidários por supostas operações de recebimento de mercadorias no estabelecimento, com documentos improcedentes, resultando em aproveitamento indevido de crédito de ICMS. Situação atual: Em 15/10/2024, a PBIO ajuizou ação anulatória, perante o tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJ/MG), para questionar a legalidade do auto de infração. Em 18/10/2024, foi concedida antecipação provisória parcial de tutela para limitar a multa isolada ao valor correspondente ao principal (suposto débito de ICMS - R$ 130 milhões, em valores históricos), bem como para facultar à PBIO a apresentação de apólice de seguro-garantia nos autos, de forma a viabilizar a obtenção de certidão positiva, com efeito de negativa, nos termos do artigo 206 do CTN. A ação seguirá o rito ordinário processual no Poder Judiciário. Em 2024, a redução se refere à transferência do valor, relativo à multa isolada, para perda remota, em função dos termos do precedente vinculante do STF, reconhecido pelo juízo na tutela liminar concedida. Apresentada apólice seguro TG Pactual no valor de R$ 548.258.		
Autor: União Federal	421.748	521.089
2) Auto de Infração por suposta majoração indevida de custos e que determinou o ajuste na base de cálculo da CSLL e do IR do ano calendário de 2009.		
Situação atual: Aguarda-se julgamento do recurso da Companhia na 2º Instância Administrativa (CARF).	3.573	3.573
3) Compensações não homologadas - Pedido de ressarcimento de crédito presumido de COFINS, referente ao 2º trimestre de 2018.		
Situação atual: Manifestação de inconformidade apresentada. Aguarda-se julgamento.	6.688	6.220
4) Reprocessamento - Deferimento parcial de ressarcimento de crédito presumido de COFINS, referente ao 3º trimestre de 2019.		
Situação atual: Manifestação de inconformidade apresentada, pendente de julgamento.	1.526	1.412
5) Compensações não homologadas - Pedido de ressarcimento referente a crédito presumido de PIS do 3º trimestre de 2018.		
Situação atual: Aguarda-se julgamento da Manifestação de Inconformidade, protocolada em 05/05/2022.	865	805
6) Compensações não homologadas - Recurso Hierárquico em face do despacho que deferiu, parcialmente, o ressarcimento de crédito presumido de PIS do 2º trimestre de 2018.		
Situação atual: Aguarda-se julgamento da Manifestação de Inconformidade, protocolada em 13/05/2022.	905	843
7) Processos diversos de natureza fiscal	3.668	2.157
Total de processos de natureza fiscal	**438.973**	**536.099**

Descrição dos processos de natureza ambiental	Estimativa 2024	Estimativa 2023
Autor: Superintendência Regional do Meio Ambiente - Núcleo do Norte de Minas Gerais (SUPRAM-NM)		
1) Auto de Infração lavrado, em 14/06/2022, pela SUPRAM-NM, na Usina de Montes Claros, por descumprir condicionante aprovada nas licenças ambientais, inclusive planos de controle ambiental, de medidas mitigadoras, de monitoramento ou equivalentes.		
Situação atual: Aguardando julgamento da defesa apresentada em 01/08/2022.	47	40
Total de processos de natureza ambiental	**47**	**40**

Prática contábil

A Companhia reconhece provisões para perdas, em processos judiciais e administrativos, nos casos em que as avaliações técnicas de seus assessores jurídicos e julgamentos da Administração consideram provável o desembolso de caixa futuro e sejam atendidas as demais condições para o reconhecimento de uma provisão.

Os passivos contingentes, com expectativa de perda provável, que não podem ter seu valor mensurado, e aqueles com expectativa de perda possível são divulgados em notas explicativas, considerando as melhores informações disponíveis, até a data da divulgação.

A metodologia adotada para mensuração das provisões está descrita na nota explicativa 4.3.

Os ativos contingentes não são reconhecidos, mas são objeto de divulgação em notas explicativas, quando a entrada de benefícios econômicos for provável e os valores forem materiais. Caso a entrada de benefícios econômicos seja praticamente certa, o que, em geral, considera o trânsito em julgado, e cujo valor seja possível de ser mensurado com segurança, o ativo relacionado deixa de ser um ativo contingente e seu reconhecimento é adequado.

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001,que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

Certificado por Editora Globo SA 04067191000160 Pub: 08/04/2025

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ou pelo link https://publicidadelegal.valor.com.br/valor/2025/04/08/BIOCOMBUSTÃ½VEL1581847408042025.pdf

Hash:17440459248f29b5fa5792418bb2e871d75815af8e

PETROBRAS

MINISTÉRIO DE **MINAS E ENERGIA**

GOVERNO FEDERAL BRASIL UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

Petrobras Biocombustível S.A.

CNPJ Nº 10.144.628/0001-14 - Empresa do Sistema Petrobras

19. Resultado financeiro líquido

	2024	2023
Receitas Financeiras	**32.382**	**53.318**
Receita com recebíveis de ativos financeiros – FIDC	31.678	52.436
Juros recebidos de clients	458	607
Outros	246	275
Despesas Financeiras	**(402)**	**(153)**
Despesas financeiras – terceiros	(402)	(153)
Variações monetárias e cambiais, líquidas	**7.698**	**190**
Variação cambial de operações com derivativos	5.764	(3.949)
Atualização monetária sobre impostos a recuperar	2.789	3.403
Outros	(855)	736
Total	**39.678**	**53.355**

20. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros

20.1. Instrumentos financeiros

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. O gerenciamento desses instrumentos é efetuado por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando assegurar sua liquidez e rentabilidade. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas diante das condições vigentes no mercado.

Todas as operações, com instrumentos financeiros, estão reconhecidas nas demonstrações financeiras e estão demonstradas abaixo, em 31 de dezembro:

	31.12.2024	31.12.2023
Ativo		
Caixa e equivalentes de caixa	2	1
Contas à receber – FIDC	300.562	443.052
Contas à receber, líquidas	79.027	50.808
Derivativos e depósitos de margem	22.462	21.091
Circulante	**402.053**	**514.952**
Depósitos judiciais	3.357	2.675
Não circulante	**3.357**	**2.675**
Total do ativo	**405.410**	**517.627**
Passivo		
Fornecedores	105.252	78.910
Contas à pagar Petrobras - Redução de capital	-	150.000
Outros passivos	8.089	4.810
Derivativos	539	-
Circulante	**113.880**	**233.720**
Outros passivos	1.021	609
Não circulante	**1.021**	**609**
Total do passive	**114.901**	**234.329**

20.1.1. Mensuração dos instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros estão mensurados ao custo amortizado, com exceção das operações com derivativos. Os valores justos, desses instrumentos financeiros, são equivalentes aos seus valores contábeis.

20.2. Instrumentos financeiros derivativos

A PBIO possui instrumento financeiro derivativo, visando diminuir sua exposição ao risco cambial e à variação de cotação de *commodities* agrícolas associadas as suas atividades. Os resultados estão condizentes com as políticas estratégicas definidas por sua Administração.

Os instrumentos financeiros derivativos de *commodities* são mensurados a valor justo, por meio do resultado em linha de outras receitas operacionais líquidas.

As tabelas, a seguir, apresentam um resumo das posições, em 31 de dezembro de 2024 e 2023, com derivativos de *commodities* e garantias dadas como colaterais, além dos valores reconhecidos no resultado, por natureza de tais operações:

	Valor nocional (*)		Valor justo Posição Ativa (Passiva)		Vencimento Posição de
	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024
Derivativos não designados como Hedge					
SWAP - CBOT					
Compra/Óleo de soja	-	(1)	-	328	2024
NDF - MOEDA					
Venda/Dólar	(19.528)	(1.046)	605	31	2024
OPÇÃO - CBOT					
Venda/Óleo de soja	-	-	-	-	2024
Total reconhecido no Balanço Patrimonial	**(19.528)**	**(1.047)**	**605**	**359**	

(*) Valor nocional em mil toneladas (CBOT) e USD (NDF).

	Garantias dadas como colaterais	
	31.12.2024	31.12.2023
Depósitos de margem (i)	21.318	20.732
Total	**21.318**	**20.732**

(i) Valores depositados como margem de garantia para fazer face às operações com derivativos de *commodities*.

O valor justo da posição ativa líquida e do depósito de margem somam, em 31 de dezembro de 2024, R$ 21.923 (R$ 21.091, em 31 de dezembro de 2023).

	Ganho/(perda) reconhecido(a) no resultado do exercício	
	2024	2023
Derivativos de commodities		
Óleo de soja	2.790	(4.460)
NDF	(8.225)	1.288
Total	**(5.435)**	**(3.172)**

A análise de sensibilidade do valor dos derivativos, com relação aos diferentes tipos de risco de mercado, em 31 de dezembro de 2024, é apresentada a seguir:

Operações	Risco	Cenário Provável	Cenário Possível	Cenário Remoto
Derivativos não designados como Hedge				
SWAP CBOT	Óleo de Soja	-	-	-
NDF Dólar	Câmbio	-	(11.047)	(20.253)
OPÇÃO CBOT	Óleo de Soja	-	-	-
		-	**(11.047)**	**(20.253)**

O cenário provável utiliza referências externas à PBIO, de amplo uso no apreçamento de cargas no mercado de *commodities*, que levam em consideração o preço de fechamento do ativo, em 31 de dezembro de 2024, e, desta forma, considera-se que não há variação do resultado das operações em aberto nesse cenário. Os cenários possível e remoto refletem o efeito potencial no resultado das operações em aberto, considerando uma variação no preço de fechamento de 10% e 20% para NDF Dólar. Para simular os cenários mais desfavoráveis, a variação foi aplicada para cada grupo de produto, de acordo com a posição das operações em aberto: queda de preço para posições compradas e alta para posições vendidas.

20.2.1. Hierarquia de nível de valor justo dos derivativos

Para aumentar a consistência e a comparabilidade nas mensurações do valor justo e nas divulgações correspondentes, o Pronunciamento técnico CPC 46 estabelece uma hierarquia de valor justo, que classifica em três níveis as informações aplicadas nas técnicas de avaliação utilizadas, na mensuração do valor justo. A hierarquia de valor justo dá a mais alta prioridade aos preços cotados (não ajustados) em mercados ativos, para ativos ou passivos idênticos (informações de Nível I), e a mais baixa prioridade aos dados não observáveis (informações de Nível III).

Informações de Nível I são preços cotados (não ajustados), em mercados ativos, para operações ativas ou passivas idênticas à que a entidade possa ter acesso na data de mensuração.

Informações de Nível II são informações que são observáveis para o ativo ou passivo, seja direta ou indiretamente, exceto preços cotados incluídos no Nível I.

Informações de Nível III são dados não observáveis para o ativo ou passivo.

A Companhia não possui derivativos que sejam classificados como Nível I e III.

Dados não observáveis devem ser utilizados para mensurar o valor justo, na medida em que dados observáveis relevantes não estejam disponíveis, admitindo assim situações em que há pouca ou nenhuma atividade de mercado para o ativo ou passivo, na data de mensuração.

	Nível I	Nível II	Nível III	Valor justo medido com base no total do valor justo contabilizado
Ativos				
Derivativos de moeda estrangeira (NDF)	-	1.144	-	1.144
Saldo em 31 de dezembro de 2024	-	**1.144**	-	**1.144**
Saldo em 31 de dezembro de 2023	-	**359**	-	**359**
Passivos				
Derivativos de moeda estrangeira (NDF)	-	539	-	539
Saldo em 31 de dezembro de 2024	-	**539**	-	**539**
Saldo em 31 de dezembro de 2023	-	-	-	-

20.3. Gerenciamento dos riscos

A gestão de riscos da PBIO é realizada por seus Diretores, com base na política corporativa para gerenciamento de riscos da Petrobras. Esta política visa contribuir para um balanço adequado entre os seus objetivos de crescimento e retorno e seu nível de exposição a riscos, quer inerentes ao próprio exercício das suas atividades, quer decorrentes do contexto em que ela opera, de modo que, através da alocação efetiva dos seus recursos físicos, financeiros e humanos, a PBIO possa atingir suas metas estratégicas.

As operações da Companhia estão sujeitas aos fatores de riscos abaixo descritos:

20.3.1. Risco de mercado

a) Gerenciamento de risco de preços de soja

De modo a minimizar a exposição da Companhia à volatilidade de preços de matéria-prima, optou-se pela realização sistemática de proteção das operações, com utilização de instrumentos financeiros derivativos, alinhada à Política de Gestão de Risco das Operações de derivativos da Petrobras Biocombustível.

Em 2024, a PBIO realizou apenas operações de venda de SWAP, em CBOT, e proteção do nocional, pela venda de NDF. Cabe ressaltar que, no novo modelo de comercialização de biodiesel (contratos negociados diretamente com as distribuidoras), resultados negativos/positivos, nas operações de derivativos, não significam necessariamente perda em resultado ou em caixa, pois os contratos de biodiesel também são parametrizados por CBOT e dólar, com atualizações semanais do preço do biodiesel. Desta forma, o preço do biodiesel e receita apurada se beneficiam das altas em CBOT e câmbio, opostamente a proteção de físico comprado, eventualmente realizada.

b) Gerenciamento de risco cambial

Decorre da possibilidade de oscilações de taxas de câmbio de moedas estrangeiras na contratação de instrumentos financeiros derivativos. A Companhia não teve fluxos operacionais em outras moedas, exceto pelas operações de derivativos de moedas, divulgadas na nota explicativa 20.2.

c) Gerenciamento de risco de taxa de juros

Decorre da possibilidade da PBIO sofrer ganhos ou perdas, decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia segue as orientações corporativas da Petrobras, não estando, portanto, exposta.

20.3.2. Gerenciamento de risco de liquidez

A PBIO utiliza seus recursos, principalmente, com gastos de capital de giro. Historicamente, as condições são atendidas com recursos gerados internamente, por transações de vendas e aportes da controladora, quando necessário. Estas origens de recursos, somadas a sua posição financeira, tendem a continuar permitindo o cumprimento dos requisitos de capital, estabelecidos de forma corporativa. Todos os passivos financeiros da Companhia possuem vencimento menor que um ano, com exceção de R$ 1.021 de outros passivos não circulante (R$ 609 em 2023).

20.3.3. Gerenciamento de risco de crédito

A política de gestão de risco de crédito visa minimizar a possibilidade de não recebimento de vendas efetuadas e de valores aplicados, depositados ou garantidos por instituições financeiras e de contrapartes, mediante a análise, concessão e gerenciamento dos créditos, utilizando parâmetros quantitativos e qualitativos.

A PBIO está exposta ao risco de crédito das instituições financeiras, decorrentes da administração de seu caixa, que é feita com base nas orientações corporativas de sua controladora Petrobras. A Administração avalia que os riscos de crédito, associados aos saldos de caixa e equivalentes de caixa, são reduzidos, em função de suas operações serem realizadas com base nessas orientações e com instituições financeiras brasileiras de reconhecida liquidez.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas da
Petrobras Biocombustível S.A.
Rio de Janeiro – RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Petrobras Biocombustível S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2024, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras, acima referidas, apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Petrobras Biocombustível S.A., em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia , de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião

Ênfase – Transações com partes relacionadas

Conforme mencionado nas notas explicativas nºs. 1 e 11 às demonstrações financeiras, chamamos a atenção para o fato de que a Companhia mantém transações com a controladora Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobras) e segue o plano de negócios de sua controladora na condução de suas operações. Portanto, as demonstrações financeiras acima referidas devem ser lidas nesse contexto. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outros assuntos – Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação não é requerida às companhias fechadas, foi submetida a procedimentos de auditoria, executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está reconciliada com as demais demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 (R1) - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente preparada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico, e está consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações, que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião, sobre as demonstrações financeiras, não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos, que ela determinou como necessários, para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil, na elaboração das demonstrações financeiras, há não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são: obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro; e emitir relatório de auditoria, contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria, realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários, tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria, realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional, ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro; planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta aos tais riscos; bem como obtemos evidência de auditoria, apropriada e suficiente, para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante, resultante de fraude, é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos, relevantes para a auditoria, para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis, e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições, que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção, em nosso relatório de auditoria, para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação, em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações, e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança à respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos, que identificamos durante nossos trabalhos

Rio de Janeiro, 26 de fevereiro de 2025

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/O-6 F-RJ

Milena dos Santos Rosa
Contador CRC RJ-100983/O-7

MANIFESTAÇÃO DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO DO CONGLOMERADO PETROBRAS (CAECO)

Informamos que o CAECO, em sua 168ª reunião, realizada em 21/2/2025, no âmbito da apresentação da pauta "DFINRI/CONTABILIDADE, DTEN/GITE, PBIO, AUDITORIA INDEPENDENTE, JURÍDICO e PRESIDENTE DO CONSELHO FISCAL DA SOCIEDADE — Principais Resultados, Contingências Jurídicas e Aspectos Gerais da Auditoria Independente, sobre as Demonstrações Financeiras da Petrobras Biocombustível S.A. (PBIO) - Exercício 2024", emitiu a seguinte manifestação:

MANIFESTAÇÃO: O CAECO, no uso de suas atribuições, tomou conhecimento das informações apresentadas e recomendou, ao órgão competente da PBIO, a aprovação da proposta das Demonstrações Financeiras do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024.

Rio de Janeiro, 21 de fevereiro de 2025.

Michele Moraes Fukumoto
Coordenadora
Gerência de Suporte ao Conselho de Administração (SEGEPE/SCA)

DIRETORIA EXECUTIVA

ALEX SANDRO GASPARETTO
Presidente

FLAVIO TOMIELLO
Diretor de Biodiesel

ANDRE BITAR SANTA ROSA
Diretor Administrativo e Financeiro

EDUARDO SEIXAS
Contador
CRC-RJ-087.203/O-6

PARECER DO CONSELHO FISCAL DA PETROBRAS BIOCOMBUSTÍVEL S.A.

O Conselho Fiscal da PETROBRAS BIOCOMBUSTÍVEL S.A., no uso de suas atribuições legais e estatutárias, reunidos nesta data, examinou o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras e as respectivas Notas Explicativas, relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2024, à vista do parecer da KPMG Auditores Independentes Ltda, emitido sem ressalvas, com data de 26 de fevereiro de 2025.

O Conselho Fiscal, por unanimidade, é de opinião que os referidos documentos societários refletem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a situação patrimonial, financeira e de gestão da Companhia, bem como a destinação do lucro líquido do exercício de 2024, no montante de R$ 66.079.484,63 (sessenta e seis milhões, setenta e nove mil, quatrocentos e oitenta e quatro reais e sessenta e três centavos), que consistirá em destinar R$ 3.303.974,23 (três milhões, trezentos e três mil e novecentos e setenta e quatro reais e vinte e três centavos) para a constituição de reserva legal e R$ 62.775.510,40 (sessenta e dois milhões, setecentos e setenta e cinco mil e quinhentos e dez reais e quarenta centavos) para a constituição da reserva de incentivos fiscais, estando aptos à submissão à Assembleia Geral dos Acionistas.

Rio de Janeiro, 28 de março de 2025.

João Eduardo Jost Magalhães
Presidente

Cristiano Gadelha Vidal Campelo
Conselheiro

Júlio César Gonçalves Corrêa
Conselheiro

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001,que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

Certificado por Editora Globo SA 04067191000160 Pub: 08/04/2025

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ou pelo link
https://publicidadelegal.valor.com.br/valor/2025/04/08/BIOCOMBUSTÃ½VEL1581847408042025.pdf
Hash:17440459248f29b5fa5792418bb2e871d75815af8e